



ÉRIKA VALQUÍRIA VASCONCELOS

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL
EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO CEARÁ:
CONHECIMENTO, COMPETÊNCIAS E RESILIÊNCIA**

Orientadora: Prof^ª. Doutora Marisa Pascarelli Agrello

**Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação
Lisboa
2022**

ÉRIKA VALQUÍRIA VASCONCELOS

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM UMA
ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO CEARÁ: CONHECIMENTO,
COMPETÊNCIAS E RESILIÊNCIA**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no curso de mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, perante o júri, com o despacho de Nomeação N° 266/2022, de 26 de julho de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^ª. Doutora Carla Galego;

Arguente: Prof^ª. Doutora Lucimar Dantas;

Orientadora: Prof^ª. Doutora Marisa Pascarelli Agrello

Co-orientadora: Prof^ª. Doutora Sandra Queiroz

NOTA: Regista-se o trabalho de orientação da Senhora Prof^ª Doutora Marisa Pascarelli Agrello, neste ato representada pela coorientadora, Prof^ª. Doutora Sandra Queiroz.

Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação
Lisboa
2022

"A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro. Se reduzirmos a nossa prática a uma questão urgente, a uma questão premente retirou dela toda a sua grandeza, pois os deixam de considerar, neste sujeito, a sua dignidade humana".

(Maria Lúcia Martinelli)

Dedico este trabalho a Deus, que é o centro de tudo, pelo dom da vida e por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades encontradas ao longo do percurso.

À minha família, em especial, ao meu pai, primeiro espaço do saber, que me mostrou desde cedo a importância da Educação fazendo com que houvesse o incentivo pela busca incessante da aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero dirigir meus agradecimentos, à Deus por me proporcionar ir em busca de mais um sonho.

Agradeço à Professora Doutora Marisa Pascarelli Agrello e a Professora Doutora Sandra Marques Queiroz, pela orientação científica desta pesquisa, contribuindo com significativas sugestões e esclarecimentos, considerados essenciais em todo o processo de elaboração e conclusão.

Agradeço à minha família, em especial ao meu pai, Olegário, pela sua contribuição e apoio.

Ao meu irmão, Olegário Júnior, sempre muito carinhoso e ajudando-me nas minhas angústias.

A todos os amigos que de uma forma direta ou indireta colaboraram para a efetiva realização deste estudo, em especial a uma amiga muito querida, Carla Pinto.

À Escola Municipal do Ensino Médio representadas pelas gestoras, supervisoras, professores e estudantes, o meu reconhecimento pela contribuição e apoio, demonstrados na fase de recolha dos dados e/ou informações.

A todos os professores do Mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e do Centro Universitário UNINTA que contribuíram para minha formação acadêmica e profissional.

A todos, pelas demonstrações de incentivo e apoio, meu muito obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa faz uma revisão sobre a perspectiva da prática profissional do Assistente Social dentro do cenário da área educacional. Isso porque sentiu-se a necessidade a fim de identificar os conhecimentos, competências e resiliências do assistente social no âmbito educacional, tendo como objetivo geral analisar a prática profissional do Assistente Social na escola pública. Os objetivos específicos que se propôs atingir com esta pesquisa foram: identificar os conhecimentos necessários/presentes e ou exigidos na atuação do assistente social no âmbito da escola; verificar as competências do assistente social no âmbito escolar; identificar por parte dos assistentes sociais a resiliência ao estarem no ambiente escolar. Desse modo, a pesquisa foi baseada na revisão da literatura de obras, como Yamamoto (2000), Almeida (2000) Minayo (2011), CFESS/ABEPS (2011), Netto (2011) dentre outros que nortearam a presente discussão. Com isso, o trabalho se constitui de quatro capítulos, a introdução, o capítulo 1 em que se apresenta a evolução histórica do serviço social no Brasil, o surgimento das escolas de serviço social no Ceará, o capítulo 2 aborda a formação inicial à formação continuada dos professores do curso de serviço social, o capítulo 3 traz a metodologia da pesquisa. Por conseguinte, o capítulo 4 explana a apresentação e análise dos resultados. As discussões sobre as atribuições e competências do assistente social na política educacional. A pesquisa realizada esclareceu alguns aspectos relacionados a essa complexa temática da identidade profissional, onde a prática e a identidade profissional da categoria ainda estão em construção, marca de uma profissão, que, apesar de regulamentada e socialmente reconhecida, é fruto de contradição do sistema que se origina.

Palavras-Chave: Assistente social; Ambiente escolar; Prática profissional.

ABSTRACT

The present research makes a review on the perspective of the professional practice of the Social Worker within the scenario of the educational area. This is because the need was felt in order to identify the knowledge, skills and resilience of the social worker in the educational scope, with the general objective of analyzing the professional practice of the Social Worker in public schools. The specific objectives that this research aimed to achieve were: to identify the necessary/present and/or required knowledge in the performance of the social worker within the school; verify the competences of the social worker in the school environment; to identify the resilience of social workers when they are in the school environment. Thus, the research was based on a literature review of works such as Iamamoto (2000), Almeida (2000) Minayo (2011), CFESS/ABEPS (2011), Netto (2011) among others that guided this discussion. With this, the work consists of four chapters, the introduction, chapter 1 in which the historical evolution of social work in Brazil is presented, the emergence of social work schools in Ceará, chapter 2 addresses the initial training to continuing education of the teachers of the social service course, chapter 3 brings the research methodology. Therefore, chapter 4 explains the presentation and analysis of the results. Discussions about the social worker's attributions and competences in educational policy. The research carried out clarified some aspects related to this complex theme of professional identity, where the practice and professional identity of the category are still under construction, a mark of a profession that, despite being regulated and socially recognized, is the result of a contradiction in the system that originates.

Keywords: Social Worker Education. Professional Practice. Knowledge. Skills. Resilience.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Escola de Serviço Social

APA - American Psychological Association

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

CEAS - Centro de Estudos de Ação Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica da Assistência

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

NOB- Norma Operacional Básica

PPP - Projeto Político Pedagógico

SASEL - Secretaria Estadual de Ação Social e Esporte e Lazer

SESI - Serviço Social da Indústria

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SS – Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL DO FINAL DA DÉCADA DE 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS	16
1.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil no Final da década de 1930.....	211
1.2 O Crescimento ou Estagnação do Serviço Social no Governo de Getúlio Vargas.....	24
1.3 A Ascensão do Serviço Social com Advento da Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros (Anísio Teixeira; Lourenço Filho e Fernando Azevedo)	26
1.4 O Serviço Social da década de 1950	28
1.5 A Apropriação pelo Serviço Social das Teorias Marxistas na década de 1960	29
1.6 A Evolução do Serviço Social nas décadas de 1970 a 1990.	30
1.7 O Surgimento das Escolas de Serviço Social no Ceará.....	32
1.8 A Escola de Serviço Social na Atualidade no Estado do Ceará.....	34
CAPÍTULO II. - DA FORMAÇÃO INICIAL À FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	35
2.1 A Formação Inicial nos Cursos ofertados em Serviço Social.....	38
2.2 A Formação nos Cursos de Serviço Social.....	39
2.3 O Início da Formação Continuada em Serviço Social.....	41
2.4 A Importância da Relação entre Teoria e Prática: uma vertente da formação continuada em Serviço Social	43
2.5 Os Saberes da Prática Docente no Serviço Social.....	44
2.6 A Identidade e Atuação Profissional do Assistente Social na Atualidade no Ceará ..	46
2.7 Reflexão sobre a necessidade de Ressignificação na Formação do Assistente Social	48
2.8 Os Cursos de Serviço Social diante às Diretrizes Curriculares Nacionais.....	49
2.9 Habilidades, Competências e Atitudes do Assistente Social	51

2.10 O Mercado de trabalho para o Assistente Social no Brasil.....	55
CAPÍTULO III - METODOLOGIA DA PESQUISA.....	56
3.1 Discorrendo sobre Metodologia Científica.....	56
3.2 Tipo da Pesquisa	57
3.3 Natureza da Pesquisa	59
3.4 Objetivos da Pesquisa	61
3.4.1 Objetivo Geral	61
3.5 Lócus da Pesquisa	61
3.6 Contexto da Pesquisa	62
3.7 Instrumentos da Pesquisa.....	63
3.8 Sujeitos da Pesquisa.....	65
3.9 Etapas da Pesquisa	66
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	68
4.1 Apresentação de Análise do Conteúdo de Bardin.....	68
4.2 Apresentação do Roteiro das Entrevistas.....	69
4.3 Análise das Entrevistas	71
4.4 Reflexões e Sugestões para o Serviço Social na área da educação.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	93

INTRODUÇÃO

Discutir aspectos relacionados à educação sempre é relevante para qualquer sociedade. Uma vez que, se observam discussões sobre os múltiplos aspectos que envolvem a educação, tais como: a qualidade do ensino, a necessidade de qualificação dos profissionais, os métodos de aprendizagem, além de outras questões.

Para o Serviço Social, este debate tem se tornado cada vez mais intenso pela centralidade que a educação vem ocupando ao longo do processo de expansão capitalista, principalmente com as recentes transformações tecnológicas e científicas que ocorreram durante o século passado.

Verifica-se nessa pesquisa como se desenvolve a atuação do assistente social no espaço educacional. Escolheu-se essa temática por acreditar que esse espaço é um dos locais mais importantes para o usuário/sujeito, uma vez que contribui para a formação do indivíduo e a construção do conhecimento. Sabe-se que a atuação do profissional de Serviço Social é de grande valia no ambiente educacional, no entanto, a profissão ainda é pouco reconhecida, admirada e valorizada.

Vale destacar que o debate sobre a inserção do assistente social na educação não é tão recente como muitos pensam. No Brasil, a única questão considerada recente é o adensamento do debate sobre esta inserção, bem como, das diversas experiências que vêm ocorrendo em diferentes espaços de discussões e articulações em: fóruns, congressos e demais eventos da categoria profissional.

A profissão do Assistente Social, assim como todas as demais está inserida em um conjunto de relações de produção e trabalho que constituem a estrutura social. Vale destacar que essa estrutura é marcada pela desigualdade e contradição inerente ao sistema capitalista. Santos (2012) salienta que o Serviço Social-SS no âmbito educacional contribui com atuações na qual tornem a educação uma prática de formação de cidadania, emancipação de sujeitos e inclusão social dos usuários atendidos por profissionais da rede.

O Serviço Social e o assistente social tem uma luta constante com a classe trabalhadora e com as suas demandas, uma vez que os mesmos primam em buscar de uma educação de qualidade, tentando assim garantir o direito de todos. É importante destacar que a Constituição Federal de 1988, art.2005 ressalta que a educação, é direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e do seu preparo para o exercício da cidadania e

qualificação para o trabalho.

Com efeito, a motivação e estímulo para a realização desta pesquisa levaram-nos a formular a seguinte questão de partida: **Que conhecimentos e competências são reconhecidos como inerentes ao Assistente Social no âmbito da sua prática em contexto educacional?**

Foram ainda formuladas questões secundárias para orientar a pesquisa. São elas:

- Quais as orientações que o Assistente Social possui para atuar em espaços educacionais?
- Quais os instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais na Educação?
- Quais as competências e os métodos utilizados pelos Assistentes Sociais da Educação para compreender as problemáticas mais pertinentes dentro do âmbito escolar?
- Quais as necessidades de formação de desenvolvimento profissional são percebidas pelo Assistente Social que atua em ambiente Educacional?

Nesta dissertação sobre A Prática Profissional do Assistente Social em uma Escola da Rede Pública do Ceará: Conhecimento, competências e resiliência, foram apresentados: o processo, os resultados da investigação, como também os objetivos desta pesquisa.

Assim, essa dissertação e o interesse pelo objeto de investigação consistem como objetivo geral analisar a prática profissional do assistente social em uma escola pública do Ceará, e composta também com objetivos específicos com as seguintes propostas: identificar os conhecimentos necessários/presentes e ou exigidos na atuação do assistente social no âmbito da escola; verificar as competências do assistente social no âmbito escolar; identificar por parte dos assistentes sociais a resiliência ao estarem no ambiente escolar

Nestes conceitos, está intrínseco o conceito de resiliência no Serviço Social que relaciona a resiliência ao processo de aprendizado como fortalecimento, nessa perspectiva a resiliência pode ser entendida como “capacidade humana e cíclica de conhecimento-segurança-enfrentamento-superação-conhecimento” (Ribeiro, 2006).

E, “Resiliência no Serviço Social é um instrumental teórico-metodológico inter-relacionado à garantia de direitos, que busca na união de fatores protetores internos e externos – mecanismos de proteção - a ativação da capacidade humana e cíclica de conhecimento-segurança-enfrentamento-superação-conhecimento, objetivando transformar vivências de situações-problema ocasionadas por desigualdades sociais em igualdade e desenvolvimento humano e social” (Ribeiro, 2006).

O profissional de serviço social dentro do contexto educacional vem surgindo e

tomando um espaço nas formas de enfrentamento, superação e fortalecimento diante de desigualdades sociais que estão intrínsecos na resiliência. As histórias do serviço social na educação estão repletas dessas situações, vale ressaltar que a própria resiliência vem enfrentando um conflito teórico entre adaptação/ ajustamento/ transformação do assistente social no ambiente educacional, pois ainda há muito em ser “reconhecido e valorizado” esse profissional nesse meio social que são as escolas.

Destaca-se a importância do assistente social também está presente na resiliência, no sentido da transformação e na percepção do conhecimento adquirido ao enfrentar uma situação-problema do ambiente educacional, identificando a problemática e diante disso buscar segurança em meios internos e externos e procura superá-lo, saindo fortalecido da situação e não deixando assim de realizar a fundamental inter-relação da resiliência tendo como principal fortalecimento novos conhecimentos advindos da experiência em um olhar voltado aonde nenhum outro profissional “consegue” enxergar.

O estudo em referência sobre a prática profissional do assistente social ancorou-se também em concepções e princípios internacionais e nacionais definidos em Cartas, Declarações, Acordos, Conferências, Pactos, Programas, Planos e Diretrizes que passam a requerer dos sistemas de ensino em nível federal, estadual e municipal, tomadas de decisões e iniciativas viáveis e adequadas, no sentido das redes e instituições educacionais articular e adaptarem, possibilidades de implementação do profissional de Serviço Social dentro da educação.

A pesquisa é considerada do tipo qualitativa, realizada em uma escola da rede pública do Município de Massapê - CE, sendo utilizados instrumentos para a coleta de dados, a entrevista com perguntas semiestruturadas e realizada com sete assistentes sociais a partir de um guião/roteiro (Apêndice A).

A metodologia que norteou a pesquisa como já citado foi um estudo exploratório e descritivo de abordagem qualitativa que segundo Bardin (2011) correspondeu a um espaço mais profundo das relações, dos processos, e dos fenômenos que não puderam ser reduzidos à operacionalização de variável. A metodologia adotada propôs-se assegurar a sistematização das informações, com o uso de instrumental técnico que viabilizou a recolha de dados, podendo ter abordagens concomitantemente qualitativas, constituindo aspectos significativos a serem considerados no processo de investigação, no que diz respeito a: conhecimentos, competências e resiliência do assistente social.

O assistente social ainda encontra um grande desafio na educação, que é o de

construir uma prática de qualidade em favor da igualdade social atuando como o profissional mediador das relações, viabilizador dos direitos e recursos, socializador das informações pertinentes às demandas da população, lutando pela inclusão e igualdade social.

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no cenário educacional e em parceria com os profissionais da educação proporcionam transformações sociais na busca de um trabalho multidisciplinar mais bem aceito, salientando que a presença do assistente social no âmbito escolar facilita os acessos aos serviços sócio assistenciais.

Ressalte-se, neste momento, que parte da discussão apresentada não se refere apenas à preocupação do assistente social no âmbito educacional, mas sim no campo da educação, de modo mais amplo, concebida como um direito social.

Assim sendo, o corpo desta dissertação foi organizado em itens como:

O capítulo I é composto pelo enquadramento teórico, em que se aborda o marco da revolução histórica do Serviço Social no Brasil no final da década de 1930 até os dias atuais dando ênfase na ascensão do Serviço Social e dos novos modelos da Educação Superior salientando que a expansão da formação profissional em Serviço Social tem se dado via ensino mercantil, privado e/ou distância, dessa forma negam uma formação profissional crítica, comprometida com valores e princípios expressos no código de ética profissional, o qual se confronta com esse modelo que prevalece a privatização e a mercantilização da educação, que respalda as formações aligeiradas, prioriza o quantitativo em detrimento da qualidade.

O capítulo II traz a formação inicial à formação continuada dos professores do curso de Serviço Social que se fortalece no campo da educação atuando em espaços onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes, compreendendo também a regionalização dos cursos de Serviço Social no Brasil. No contexto do capítulo ainda é apresentado também à identidade e atuação do assistente social no Estado do Ceará, finalizando com as habilidades, competências e atitudes do profissional.

O capítulo III refere-se à Metodologia da Investigação da Pesquisa, em que se apresentam os objetivos, o tipo, o lócus, o contexto da pesquisa, os instrumentos, sujeitos e procedimentos utilizados, bem como as etapas da pesquisa.

No capítulo IV é feita a Apresentação e Discussão dos Resultados, sendo apresentada a análise dos dados coletados. Para as respostas de questões abertas existe uma apresentação do roteiro das entrevistas com análises e reflexões organizadas em categorias que são apresentadas por meio de análise de conteúdo por Bardin (2011) (análise qualitativa). E por

fim apresentam-se, as Considerações Finais. Para a padronização e apresentação das citações e bibliografia, utilizaram-se as normas da American Psychological Association (APA).

CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL DO FINAL DA DÉCADA DE 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS

Aborda-se nessa dissertação, a trajetória do Serviço Social no Brasil dando ênfase aos espaços sócio ocupacionais do assistente social dentro do âmbito educacional, salientando a evolução do Curso de Serviço Social, ou seja, em 1930, quando realiza um trabalho filantrópico e começa a ser visto na igreja católica; e que foi se modificando no decorrer do tempo, e passando a ser uma profissão reconhecida legalmente, qualificada e especializada dentro do campo de trabalho.

Esse assunto possui uma relevância no campo educacional e, por conseguinte, para toda sociedade em geral, pois melhora a educação do país e conseqüentemente a qualidade de vida dos brasileiros. Crê-se que seja por intermédio de uma boa educação, que se constrói e se tenha um mundo mais humanizado e com mais acessibilidade.

Em 1930, uma grande demanda das lutas sociais em defesa pelos direitos sociais e de cidadania surge no Brasil. As primeiras escolas de Serviço Social em virtude do início do processo de urbanização e industrialização. Todavia, o Serviço Social passou a ser visto e reconhecido como profissão pelo agravamento da questão social na qual eram intensas e conflitantes.

Conforme Iamamoto & Carvalho:

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica (Iamamoto & Carvalho, 2009, p.56).

Historicamente o Serviço Social teve suas origens dentro da Igreja Católica e visava preparar a grande massa operária para o capitalismo industrial, chamado nesse tempo de período conservador, a mesma faz surgir no Brasil, o movimento católico leigo, em que o Serviço Social passa a ser um departamento especializado da ação católica, onde se preocupava com a descristianização das pessoas que estavam afastadas dos costumes da Igreja Católica.

Como afirma Pellizzer (1935), o Serviço Social surge no Brasil na terceira década do século XX sob a influência europeia (em especial sob o influxo belga, francês e alemão),

como fruto direto de vários setores particulares da burguesia fortemente respaldados pela Igreja Católica.

O Serviço social dentro da igreja católica passa a ter suas origens e a ser um departamento específico, uma maneira de trazer as pessoas a frequentar mais a igreja e seguir os costumes da religião, pois o catolicismo passa a se preocupar a partir do momento em que as mesmas começam a se distanciar.

Em 1936 a Primeira Escola de Serviço Social no Brasil é datada em São Paulo e coordenada por Albertina Ferreira e Maria Kiehl, ambas eram sócias do Centro de Estudos de Ação Social, que era vinculada a Igreja Católica. No mesmo eram organizados cursos de qualificação para organizações leigas no catolicismo, adequando políticas e ideologicamente classes operárias, já que o forte das disciplinas naquela época dentro do Serviço Social era esse assunto.

Conforme Iamamoto (2011) o CEAS tinha com objetivo central:

Promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente à atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver e obras de caráter social (Iamamoto, 2011, p.178).

Cabe ressaltar também que foi por meio do Centro de Estudos e Ação Social que foram criados os Centros Operários, nos quais aconteciam aulas de tricô, trabalhos manuais e sobre higienização, esses centros eram direcionados as operárias, devido à necessidade de compreender o ambiente e as demandas dessas famílias.

Dessa forma a primeira fase do Serviço Social intervém no aparecimento da questão social, produzida pela relação de trabalho em moldes capitalistas, com o surgimento do trabalho livre marcado pela escravidão no seu passado recente, momento este em que a força do trabalho se torna mercadoria.

Na década de 1940, surge o Serviço Social nas indústrias, é nesse momento que o Estado se sente pressionado pelos trabalhadores e passa a assumir o papel de regulador dessas relações. Surge então à necessidade de atender às novas configurações através de políticas sociais implantadas pelo Estado. Com isso, foi criado um programa de bolsa de estudo, que seria ofertada pelo governo dos Estados Unidos, com intuito de aperfeiçoamento das escolas de SS do Brasil, isso contribuía com as novas formas de ensino e matérias, que passaram a ser exigência para o currículo mínimo da ABESS (Associação Brasileira de Escola de Serviço

Social --1946). É importante ressaltar que a partir dessa questão surgem novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir um profissional de SS mais especializado e qualificado para realizar atendimento.

No governo de JK em 1950, a diversidade política e ideológica do movimento nacionalista é problematizada através da análise de duas correntes: o setor privado e o capital internacional no qual desenvolve a industrialização e fortalecem esses setores, tornado assim a maior preocupação do Brasil para a política econômica. Por outro lado, no Governo de Getúlio Vargas o crescimento urbano industrial fez emergir na sua gênese capitalista a questão social que decorre dos questionamentos e das pressões da sociedade naquela época, onde passava por grandes transformações, sob a influência de Durkheim, Freud, Marx e outros (Pellizzer, 2008). Cabem salientar ainda, que as instituições de assistência no presente governo são consideradas instrumentos de veiculação de políticas sociais com aspectos claramente assistencialistas.

Portanto, Aguiar (1995), observa que o desenvolvimento social ficou em segundo plano. Ressaltando que nesse período, a ONU teve uma presença marcante nos anos 1950, 1955, 1958 e 1963, pois a mesma realizou estudos sobre o Ensino do Serviço Social.

A partir da mudança do regime político no ano de 1964, em consequência da ditadura militar, os recursos para as instituições são reduzidos conforme a ideologia vigente de “deixar o bolo crescer para depois repartir”. No entanto, apesar do contexto de crescimento econômico a classe trabalhadora seguia em um processo de empobrecimento crescente.

Na década de 1970, as instituições são influenciadas pela política desenvolvimentista, burocrática e “modernizada”, que visavam obter maior controle sobre a sociedade. Nesse contexto houve o fortalecimento de instituições como a Legião Brasileira de Assistência na qual realizou concurso público para vagas na área de Serviço Social, fazendo com que o curso se torna mais conhecido. No decorrer da História muitos factos marcantes e significativos foram responsáveis pelas mudanças relevantes no Serviço Social, a partir dos anos 1980 o mesmo continuou enfrentando lutas e barreiras para quebrar paradigmas de compreensão na sociedade e discutindo questões políticas como na teoria que era forte e que marcava o SS na época de 1930, já mencionado anteriormente.

Ainda nos anos 80, o Serviço Social consolida-se em uma política mais madura, passando a ser criada uma metodologia de um novo curriculum comprometido com a população. Dessa maneira, a Constituição Federal de 1988, reconhece a assistência social

como status de política de 36 (trinta e seis) seguridades sociais, passando assim, a ser um direito do cidadão, e não, um favor do estado ou das entidades filantrópicas. No entanto, somente em 1993 foram regulamentados artigos pertinentes às instituições de assistência, caracterizando o desinteresse do poder público com a assistência, e com sua desvinculação das relações históricas de clientelismo político e filantropia.

Nos anos 1990 essas questões começam a perder força, com o fim da Guerra Fria¹ e com o enfraquecimento das forças progressistas e as críticas ao modelo neoliberal, aumenta a luta pela defesa dos direitos humanos começando a tomar dimensões gigantescas no mundo e especificamente no Brasil, as questões sociais que ferem os direitos a cidadania, ética e moral.

Segundo Yamamoto:

A matéria-prima do trabalho do assistente social (ou da equipe interprofissional em que se insere) encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, urbanização de favelas etc.--, tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais quotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos. Tais questões são abordadas pelo assistente social por meios de inúmeros recortes, que contribuem para delimitar o campo ou objeto do trabalho profissional no âmbito da questão social (Yamamoto, 2012, p. 100).

Ainda na década de 1990, mais especificamente no governo de Fernando Collor de Melo, a LBA entra em decadência devido aos desmandos políticos, levando a instituição à extinção, comprovando a tese de Soares (2001), de que o período Collor se constituiu no desmonte do padrão de proteção social, sem uma efetiva substituição dele.

No ano de 1995 o então presidente Fernando Henrique Cardoso extingue a LBA por decreto, sendo que nenhuma outra instituição foi criada com o objetivo de substituí-la. Com a finalização da LBA foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), ligado a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) que assumiria o papel da LBA e do também extinto Ministério do Bem-Estar Social.

Como já citado anteriormente o SS e o assistente social executam sua intervenção por meios das políticas sociais e intersetoriais, onde surge a intervenção do estado capitalista, para trabalhar com as múltiplas expressões da questão social.

Assim sendo, os assistentes sociais operam na sua formulação, na execução de políticas públicas, no planejamento e em diversos setores, como: saúde, previdência,

¹ A Guerra Fria foi uma disputa pela superioridade mundial entre Estados Unidos e União Soviética após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A mesma é referida assim por ser uma intensa guerra diplomática, econômica e ideológica travada pela conquista de zonas de influência.

assistência social, dentre outras políticas instigadas na perspectiva da ampliação e defesas de direitos dos usuários (Iamamoto, 2009).

No ano de 1996 a LOAS (Lei Orgânica da Assistência) começa a ser implantada a partir da concessão de benefício para diferentes seguimentos como: os idosos, portadores de deficiência, criança e adolescentes. Também neste período foi implementado o processo de descentralização, iniciado a partir da estadualização e municipalização, ou seja, mecanismos em que a execução e responsabilidade das ações são delegadas aos estados e municípios. Ainda nessa mesma década, o Ministério do Desenvolvimento Social unificou os programas sociais que estavam dispersos em vários ministérios, no qual também ocorreu a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a aprovação na Norma Operacional Básica (NOB). Desse modo, a NOB e a SNAS são responsáveis por avanços significativos como a implantação dos pisos de proteção no financiamento da assistência social e o respeito à diversidade nacional.

Para finalizar essa década, em 1999, na gestão do Governador Garotinho, até então a Secretaria de Trabalho e Assistência, passa a ser denominada Secretaria Estadual de Ação Social e Esporte e Lazer, (SASEL), sendo comandada pela então Vice-Governadora, Benedita da Silva. Somente em 2002, a referida vice-governadora assumiu o governo do Estado mantendo a lógica dos programas que já havia assumido desde o começo, o famoso “Programa de R\$ 1,00²”.

Nesse contexto cabe identificar alguns programas da atualidade que são:

a) **Programa Bolsa Família:** Surgiu no ano de 2003 com a intenção de combater a miséria no país e servir como um salto para o desenvolvimento social da população, o programa atende as partes mais baixas da pirâmide social brasileira. É um programa de transferência de renda mantida pelo governo, segundo a nova previdência.

b) **Benefício de Prestação Continuada (BPC):** É a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, intelectual, mental ou

² Programa que compreendia o restaurante à R\$ 1,00; hotel à R\$ 1,00; remédio à R\$ 1,00 e até casa de R\$ 1,00. Nesse contexto ao analisarmos esses programas, será possível perceber que são direcionados para os mais “pobres”, ao qual a escassez de recursos financeiros é o requisito fundamental para sua concessão, aspectos esses característicos da ideologia neoliberal, quanto a sua proposta de ações focalizadas voltadas para os segmentos mais pobres da população e resultando assim em um quadro de seletividade, dissociada do sentido de direito social. Cabe ressaltar que na atualidade existem outros tipos de programas sociais, no qual são vigorados com muito “sucesso”, pois são esses programas sociais que tira metade dos brasileiros da linha extrema de miséria e pobreza.

sensorial de longo prazo que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (LOAS, 2011).

c) **Programa Leite Fome Zero:** É um programa do MDS realizado no Ceará em parceria com a DAS, no qual tem o objetivo de fornecer alimentação adequada as pessoas em situação de insegurança alimentar/nutricional ou vulnerabilidade social (Jornal Diário do Nordeste, 2013).

Frente ao exposto cabe sublinhar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizaram três pesquisas que revelam que os programas sociais brasileiros são bem avaliados por seus públicos. Todavia, é importante salientar que esses programas são grandes potencializadores da política social, pois ajuda na identificação para o cadastramento de famílias em situação de extrema pobreza e chama também esse mesmo público para frequentar os equipamentos da assistência social.

1.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil no Final da década de 1930

Como já dito anteriormente, o Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, estreitamente ligado a Igreja Católica. Nessa mesma época, o país passava por uma fase turbulenta, onde a burguesia não estava dando conta das diversas manifestações da classe trabalhadora, a qual reivindicava por melhores condições de trabalho e justiça social. Preocupada com essa situação, a fim de manter os seus interesses de exploração da força de trabalho, a classe dominante, juntamente com o Estado somaram forças para conter a classe operária, mantendo a harmonia social.

A Igreja passou então a oferecer formação específica para moças de famílias tradicionais com intuito de exercer ações sociais. Criou-se a partir disso, o Curso Intensivo de Formação Social para as “mulheres jovens” nas décadas de 1940 e 1950.

O Serviço Social no Brasil recebeu uma grande influência norte-americana e da corrente positivista. As influências de Mary Richmond (2012) tiveram grande significância para o Serviço Social, pois a mesma detectou a necessidade de se criar Escolas Profissional de Serviço Social pelo mundo. De acordo com o artigo “A Contribuição de Mary Richmond para o Serviço Social”, (2012), o método de trabalho que Richmond utilizava era questionar o indivíduo, construindo categorias de personalidade de meio social. Em seus métodos de trabalho ela utilizava três partes: Estudo, Diagnóstico e Tratamento.

Ela tinha a compreensão para a individualidade e as características de cada usuário,

apresentava um tratamento direto com o cliente e um tratamento indireto com o meio social, principalmente a família. Nesse contexto, o “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade” marcaram o Brasil durante décadas. Essas práticas deram início a “Organização e Desenvolvimento de Comunidade”, onde eram feitas abordagens individuais e com grupos buscando o desenvolvimento da comunidade.

Cabe ressaltar que esse Serviço Social de caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade ainda vigoram na atuação do profissional de Serviço Social até os dias atuais, cujo apenas a forma de se expressar mudou.

Nos anos de 1936 e 1937 sob a influência da igreja católica e dos centros de estudos foram criadas as primeiras escolas católicas de serviço social no país (a primeira no Estado de São Paulo e a segunda no Rio de Janeiro), pois havia uma grande demanda de ausência de assistentes sociais para trabalhar nos departamentos de SS que já existiam. Com base nesse entendimento é possível apresentar sucessivamente as primeiras áreas de atuação das assistentes sociais formadas pelas escolas brasileiras de acordo com Iamamoto e Carvalho (2011):

1932-Centros Operários de formação de moças, fundados pelo CEAS; 1934-DEPARTAMENTO Estadual de Trabalho-Inspetores do Trabalho de Menores e Mulheres; 1935 – Departamento de Assistência Social do Estado; 1937 juízos de menores Prefeituras de São Paulo (Submonitoria de playground); 1938-Serviço Proteção aos imigrantes; 1940-Centro Familiares (CEAS-Departamento de serviço social) (Iamamoto e Carvalho, 2011, p 200).

É importante ressaltar também que o Serviço Social surgiu a partir de quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no país. A emergência da profissão encontrava-se relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial; oligarquias cafeeiras; Igreja Católica; Estado Varguista) à época, com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país. Mas, o Ensino de Serviço Social foi reconhecido somente em 1953, e a profissão foi regulamentada em 1957 com a Lei nº 3.252.

Vale ressaltar que a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social:

Art. 1º É livre em todo o território nacional o exercício da profissão de assistente social, observando-se às disposições da lei.

Art. 2º Poderão exercer a profissão de Assistente Social:

a) Os possuidores de diploma expedido no Brasil por Escolas de Serviço Social, oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

b) Os diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor.

c) Os agentes sociais qualquer que seja sua denominação, com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3º São atribuições dos assistentes sociais:

- a) Direção de escolas de Serviço Social;
- b) Ensino das cadeiras ou disciplinas de Serviço Social;
- c) Direção e execução do serviço social em estabelecimentos públicos e particulares;
- d) Aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais.

Art. 4º Só assistentes sociais poderão ser admitidos para chefia e execução do serviço social em estabelecimentos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista.

Parágrafo único. Em caráter precário, até 31 de dezembro de 1960, poderão ser admitidos para o Serviço Social, nos vários órgãos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista, candidatos não diplomados, desde que estejam cursando o 3º ano de Escola de Serviço Social. Após essa data, o preenchimento das vagas se fará, mediante concurso de conformidade com o disposto neste artigo.

Art. 5º Nas escolas oficiais de Serviço Social, que se criarem apenas Assistentes Sociais poderão assumir os cargos docentes, de direção, secretaria e supervisão, excetuando-se, no caso do ensino, as cadeiras ou disciplinas que pelo seu programa, possam ou devam ser ensinados por outros profissionais.

Art. 6º O disposto nos artigos anteriores se praticara sem prejuízo da observância das normas relativas ao provimento das cátedras de ensino e da legislação geral sobre os funcionários públicos civis da União.

Art. 7º Vetado.

Art. 8º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação da presente Lei, o Poder Executivo baixara a sua regulamentação.

Art. 9º Esta lei entrara, em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário (Brasília, 27 de agosto de 1957; 136º da Independência e 69º da República).

Face ao exposto, os assistentes sociais perante essas leis supracitadas foram conduzidos e redirecionados aos novos métodos e técnicas de como executar sua forma de operacionalização no campo de trabalho. Cabe salientar que o SS começa a distinguir antigas formas de assistencialismo para os “reais” problemas sociais presentes no seu campo de atuação.

1.2 O Crescimento ou Estagnação do Serviço Social no Governo de Getúlio Vargas

A partir da década de 1930 a Capital do País, localizado na época na cidade do Rio de Janeiro, estava passando por enormes transformações sociais, econômicas e políticas. O atual presidente do período, Getúlio Vargas, estava implantando no Brasil a industrialização, retirando mazelas do passado brasileiro que representava pobreza e atrasos de um enorme país que ainda sobrevivia do setor agrícola, a economia brasileira passava por uma transição de agrário-exportadora para industrial.

Como citado anteriormente, com o crescimento da industrialização e das populações das áreas urbanas, surge à necessidade de controlar a massa operária. É importante destacar que a igreja católica dos anos 1920 não aceitava o regime socialista. Diante disso, o êxodo rural e agrário contribuía de forma significava para o complemento de vagas no setor industrial.

Como afirma Iamamoto (2011), Getúlio Vargas era um Chefe de Estado atencioso aos mais pobres na sociedade brasileira. Essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação. Além do mais, Vargas usava das suas estratégias para desenvolver programas políticos assistencialistas divulgando que o mesmo era um Chefe de Estado atencioso aos mais pobres na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o presidente Getúlio Vargas criou a Legião Brasileira de Assistência -

LBA, que tinha cunho assistencial, objetivava atender as famílias dos pracinhas que foram chamados para a Segunda Guerra Mundial, também foram criadas grandes instituições conhecida como sistema “S”: Serviço Social da Indústria, Serviço Social Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social do Comércio.

Conforme Iamamoto: “Promover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e ainda, prestar decidido concurso ao governo, em tudo que se relaciona ao esforço a guerra” (Iamamoto & Carvalho, 2011, p. 261). Sob essa perspectiva, ainda os mesmos autores apontam que:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e burguesia industrial – e das modificações verificadas na Composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas (Iamamoto, 2011, p.83).

Diante desses factos é visível que nada é tão importante como o desenvolvimento do ser humano na sua classe operária e na luta contra seus direitos. Como é possível perceber a era de Getúlio Vargas fez com que a aparição do homem para o Estado tivesse seu valor, no qual era o estado que existia em função do homem. Cabe ressaltar que o governo de Vargas possibilitou as pessoas perceberem que os burgueses enriqueciam mais e mais à custa da penúria do proletariado. Assim, o Serviço Social se consolida no Brasil na Era Vargas (1930-1945) vinculado as Ações Sociais da Igreja Católica.

A esfera conceitual de Baierl (2005) caracteriza o governo de Getúlio Vargas a partir desse contexto:

a) 1930-1934 – Governo provisório: declara moratória, renegocia a dívida externa, Lei de Sindicalização (torna obrigatória à aprovação dos sindicatos trabalhistas e patronais pelo Ministério do Trabalho), restabelece as relações amistosas com a Igreja, estabelece em 1933 a religião católica como religião oficial.

b) 1934-1937 – Governo Constitucional, eleito pelo Congresso Nacional.

c) 1937-1945 – Golpe de Estado em 1937 e instalação do Estado Novo: fechamento do Congresso, extinção dos partidos políticos, outorga-se nova Constituição. Orientação para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico, impulso à industrialização, CLT, Código Penal, Justiça do Trabalho, salário mínimo, FGTS.

d) 1951-1954 – Presidente eleito pelo voto direto. Nesse período, foram criadas as

seguintes instituições, ainda segundo Baierl (2005):

- **1930** – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- **1931** – Conselho Nacional do Café; Instituto do Cacau da Bahia.
- **1932** – Ministério da Educação e Saúde Pública.
- **1933** – Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool.
- **1934** – Conselho Federal de Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional; Instituto de Biologia Animal.
- **1937** – Conselho Brasileiro de Geografia; Conselho Técnico de Economia e Finanças.
- **1938** – Conselho Nacional do Petróleo; Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), Instituto Nacional do Mate, Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).
- **1939** – Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa.
- **1940** – Comissão de Defesa da Economia Nacional; Instituto Nacional do Sal; Fábrica Nacional de Motores.
- **1941** – Companhia Siderúrgica Nacional; Instituto Nacional do Pinho.
- **1942** – Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
- **1943** – Coordenação da Mobilização Econômica, Cia. Nacional de Álcalis, Fundação Brasil Central; Usina Siderúrgica de Volta Redonda; Consolidação das Leis do Trabalho; Serviço Social da Indústria (SESI); Plano de Obras e Equipamentos; I Congresso de Economia.
- **1944** – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo. • **1945** – Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), Decreto-Lei nº 7.666 sobre atos contrários à ordem moral e econômica.

1.3 A Ascensão do Serviço Social com Advento da Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros (Anísio Teixeira; Lourenço Filho e Fernando Azevedo)

Com o advento da Escola Nova, o desenvolvimento das ciências lançou as bases das doutrinas da nova educação, ajustando à finalidade fundamental, aos ideais que ela deve

prosseguir e os processos apropriados para realizá-los. A riqueza e a extensão que atualmente alcançava por toda a parte, o estudo científico e experimental da educação, libertaram-na do empirismo, dando-lhe um caráter e um espírito nitidamente científico e organizando, em corpo de doutrina, numa série fecunda de pesquisas e experiências, os princípios da educação nova, pressentidos e às vezes formulados em rasgos de síntese, pela intuição luminosa de seus precursores.

A nova doutrina, que não considerava a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é "modelado exteriormente" (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de "dentro para fora", substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação (Paulo Netto e Braz, 2011).

Diante desses factos, o “Manifesto dos Pioneiros e a Ascensão do Serviço Social” consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista que ligava a educação.

Fernando Azevedo (1932) redigiu o seguinte texto dentro de “O Manifesto dos Pioneiros”:

“Em nosso regime político, o Estado não poderá, decerto, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a ideia de monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira, não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância, as instituições privadas idôneas, a escola única se entenderá entre nós, não como uma conscrição precoce arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos” (Azevedo, 1932, p.24).

O texto foi assinado por 26 (vinte e seis) intelectuais, entre os quais, Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Lourenço Filho, Cecília Meireles, entre outros. Lançado em 1932, os objetivos do Manifesto eram traçar diretrizes de uma nova política nacional de educação e ensino em todos os níveis, aspectos e modalidades.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação nova é considerado fonte de estudos historiográficos sobre educação, por ser de grande importância no âmbito de discussões

acerca da escola pública no Brasil. “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação e representou simultaneamente, um plano de ação nacional em busca da estruturação de um sistema educacional e um documento de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social dos anos de 1920 e 1930.

Nessa perspectiva, Savianni (2004) apresenta o manifesto como um instrumento político e expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20, e que também vislumbrou na Revolução de 1930, a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931 quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém - criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo.

Vale ressaltar ainda, nas palavras de Saviani (2004), que a origem e destino do Manifesto dos Pioneiros foram de alcance nacional. Para o autor, “pode, pois, ser considerado um importante legado que nos é deixado pelo século XX” (Saviani, 2004 p. 35). O Manifesto é visto, até mesmo, como um “divisor de águas” na História da Educação Brasileira, na compreensão de Xavier (2002), já que “interferiu na periodização de nossa história educacional, estabelecendo novo marcos e fornecendo novas valorações a determinados princípios e ideias, além das realizações no campo educacional” (Xavier, 2002, p. 71).

Os pioneiros eram favoráveis a uma educação obrigatória, pública, leiga, gratuita, ou seja, que o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família.

O Manifesto dos Pioneiros ainda ficou rico em sugestões quanto à necessidade de o país construir um ‘sistema unificado’ de ensino público capaz de oferecer ensino de qualidade a todos, e de garantir aos educandos a possibilidade de ascensão a qualquer de seus níveis conforme a capacidade, aptidão e aspiração de cada um, independentemente da situação econômica do aluno. Neste sentido, pode - se entender que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova torna - se uma proposta de “reconstrução social pela reconstrução educacional”.

1.4 O Serviço Social da década de 1950

A década de 1950 ou ainda “anos 50” foi o período de tempo entre 1º de janeiro de 1950 e 31 de dezembro de 1959, recebeu a alcunha de “Anos dourados”. É considerada uma época de transição entre o período de guerras da primeira metade do século XX e o período das revoluções comportamentais e tecnológicas da segunda metade.

Ainda na mesma época, o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo “bebe na fonte da psicanálise”, bem como, da Sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Neste período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com supervalorização da técnica, considerada autônoma, e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve por meio do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”, também relatado anteriormente.

É importante salientar que na década de 50, a ONU teve uma presença marcante no governo de Juscelino Kubistschek, nesse período, desenvolveu-se uma ideologia pela industrialização tentando fortalecer o setor privado e o capital internacional. Diante desses fatores, a política econômica tornou-se a maior preocupação do Brasil, realizando assim estudos sobre o Ensino de Serviço Social.

1.5 A Apropriação pelo Serviço Social das Teorias Marxistas na década de 1960

O profissional de Serviço Social, ao longo da sua trajetória profissional, obteve muitos avanços no fazer profissional. Esse avanço foi resultado da incorporação da teoria social de Marx na década de 1960, na análise das transformações que foram tomando direcionamento econômico, social, político, entre outros. Com isso, exigiu do profissional do Serviço Social uma nova postura em repensar as estratégias na sua atuação profissional, frente as transformações societárias, que afetam principalmente a classe trabalhadora.

Os primeiros contatos entre o Serviço Social e a tradição marxista ocorreram ao longo do “processo de reconceituação”, que como já indicava José Paullo Netto (1996 p. 102) em um de seus primeiros balanços críticos sobre a crítica conservadora ao “processo de reconceituação”, desvelar a inépcia da crítica conservadora reveste-se de um duplo sentido: resguardar a profissão dos danos realmente contidos na tendência restauradora e, ao mesmo tempo, acumular o fôlego analítico de que o Serviço Social carecerá, dado um novo movimento de afluxo das forças comprometidas com a revolução social latino-americana,

para transcender os seus constrangimentos institucionais, ou seja, a partir de um movimento de cunho latino - americano, de caráter necessariamente sincrético e multifacetado, que suscitou um intenso debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais que consumiu o período de uma década, (1965 a 1975).

Esse processo manifestou, no seu interior, tendências diversas predominantemente denominadas por José Paulo Netto (2011) como “modernizadoras” (de orientação funcionalista – CBCISS, 1989), de “reatualização do conservadorismo” (de inspiração fenomenológica, Almeida, 1986) e com “intenção de ruptura” (de tendência marxista, Santos, 2006), todas elas comprometidas com a discussão e a formulação de alternativas, teórico-práticas em relação ao “Serviço Social Tradicional”. Até os meados da década de 1960, o modelo tradicional de atuação do Serviço Social não apresentava grandes polêmicas quanto as suas elaborações teóricas – metodológicas.

As primeiras influências do marxismo no Serviço Social – “adoçadas” pela autocracia burguesa e pela sua expressão política no regime militar brasileiro de 1964 (Paulo Netto, 1992) –, vão adquirir maior visibilidade durante o processo de abertura democrática “lenta e gradual” a partir da segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980 do século XX. Além da pobreza teórica, também subsidiada pelo clima político repressivo da época, é preciso salientar os inúmeros ruídos advindos de um “marxismo sem Marx”, de forte caráter pragmático e reproduzido em manuais populares e partidários.

De acordo com Luckás (1979), o marxismo não significa uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma fé numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário e exclusivamente, ao método.

1.6 A Evolução do Serviço Social nas décadas de 1970 a 1990

No decorrer do ano de 1970 dá-se início ao posicionamento crítico dos profissionais, pois, o período ditatorial possuía como característica a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. O Serviço Social nessa época começa a evoluir e se renovar. Ampliava-se a área de atuação do Assistente Social, juntamente com o aumento das demandas pelas políticas sociais e serviços. Em 1975 ocorre o rearranjo profissional, no qual foi o movimento de reconceituação do mesmo, onde ocorre uma nova corrente para a profissão com várias vertentes, linhas políticas, profissionais e teóricas.

Segundo Yazbek (2009), é nesse período que os profissionais assumem suas inquietações e questionamentos, decorrentes do processo do capitalismo mundial que trazia consigo um desenvolvimento excludente e subordinado. É marcado por uma revisão nos níveis: teórico, metodológicos, operativos e políticos, em que surge um comprometimento com um projeto voltado às classes subalternas, e conseqüentemente a apropriação da Teoria Social de Marx, desvinculando-se da perspectiva positivista (...) que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. “Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação” (2009, p.147), visando assim, uma perspectiva crítica da realidade e na sua totalidade. O que foi impulsionado pelo movimento de revisão do método, ou seja, o movimento de reconceituação.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Serviço Social começa a se concretizar encontrando seu ápice. Vale destacar que a década de 1980 foi um momento histórico em que houve uma luta contra o Estado autoritário, e dos seus reflexos sociais na sociedade, com o aumento da pobreza e miséria, e o aparecimento das lutas pela democratização do Estado e da sociedade, num debate intensificado sobre as políticas, principalmente no que tange o corte social. Com o governo Sarney, em 1985 é inaugurada no país, a Nova República, marcada pelo aprofundamento do capitalismo monopolista, e estratégias voltadas a enfrentar a pobreza e, ao mesmo tempo, conter a organização popular através de políticas sociais, devido ao agravamento da desigualdade social.

Diante deste contexto há uma discussão dos códigos anteriores, e um aprimoramento das determinações dos mesmos. Em 1986 surge então o quarto código que segundo Simões: “[...] Nasceu do movimento de reconceptualização do Serviço Social, contraposto ao conservadorismo e ao assistencialismo, gestado a partir dos anos 1970, explicitando a dimensão necessariamente político-institucional do exercício profissional” (Guerra, 2011, p. 520).

Cabe salientar que essa herança de reconceptualização foi à base para a renovação crítica do SS brasileiro, desde a década de 1980, mesmo com os limites é possível apontar algumas conquistas decorrentes dessa época no Brasil:

- 1.6.1 Intercâmbio e interação profissional com outros países que respondessem as problemáticas comuns da América Latina.
- 1.6.2 A explicitação da dimensão política da ação profissional.
- 1.6.3 Interlocação crítica com as ciências sociais: crítica ao tradicionalismo, com

abertura para a tradição marxista e sincronia com tendência diversificada do pensamento social contemporâneo.

1.6.4 Inauguração do pluralismo profissional.

Diante disso, a década de 1990 é marcada por fortes influências nas relações sociais no país, nessa mesma época é iniciado o projeto neoliberal pelo governo de Fernando Collor de Melo. Vale abordar que ainda nessa década sinalizaram a maturidade do Serviço Social com a aproximação das suas matrizes teóricas tornando-se evidente o caráter dado à profissão.

1.7 O Surgimento das Escolas de Serviço Social no Ceará

As escolas de Serviço Social surgem com a proposta clara de atender aos interesses da burguesia local e do estado; a Escola de Serviço Social Cearense tem sua gênese no ano de 1950. Ela estava diretamente vinculada à Igreja Católica. Foi uma era fortemente marcada pelo Movimento Leigo³.

Cabe ressaltar que o assistente social sempre foi visto pelo facto ou ato de ajudar o próximo, “fazer o bem” para aqueles que precisavam de algum tipo de ajuda, corrigir ou prevenir males sociais, então à criação dessas escolas veio com essa concepção de mudança, para que o trabalho do assistente social nas suas diversas áreas, possibilite àqueles que necessitam de informações sobre alguma política de: Assistência, Saúde, Previdência, dentre outras, prestação de serviços para a população que vive em condições de pobreza, excluída da produção de bens, do processo produtivo e serviços ofertados pelo Governo ou Estado perante a sociedade.

Conforme Raichelis et.al. sobre o trabalho do Assistente Social com as famílias nas Escolas:

A ênfase no trabalho com famílias é claramente explicada em documento do Departamento de Serviço Social da Secretaria de Justiça e Negociação do Interior, de 1940, intitulado —Desenvolvimento do Serviço Social em São Paulo: célula da sociedade, sustentáculo de toda civilização, a família há de ser o objeto de observação e estudo para quantos queriam conhecer os problemas sociais. A função que está chamada a realizar é a razão mais do que suficiente para que lhe seja dado todo o amparo e proteção (Raichelis et. al., 2009, p. 18).

As escolas de Serviço Social ensinam esses “pré-profissionais” a se doar no seu campo profissional e realizar um tipo de ajuda comunitária. A criação do Curso de Serviço Social

³ Foi o movimento que separou o Estado da religião, ou seja, o Estado parou de admitir a influência da religião em suas questões e decisões, o Estado não está vinculada a nenhuma religião.

ocorre no contexto político e sócio - econômico dos anos 1950, momento histórico que caracterizava o Estado do Ceará como uma unidade federativa pobre, diante disso, o Governo Federal reconhecendo a crise da Região Nordeste cria instituições. Nesse contexto, algumas interpretações são apresentadas por agentes profissionais sob os fatores que influenciaram a criação do curso de SS no Ceará.

É importante ressaltar que os membros fundadores dessas Escolas no Ceará são: Maria Auréa Bessa (Freira e Presidente da Juventude Feminina Católica Cearense), Norma Cabral e Nair Studart participantes de grupos da Ação Católica local.

Valem destacar que a escola de Serviço Social em Fortaleza deu início as suas primeiras instalações, em um prédio pertencente à Arquidiocese, aprovado e homologado pelo Ministério da Educação em 31/10/56, depois transformada no Decreto nº 49.229, assinado em 04 de julho pelo então Presidente em exercício Juscelino Kubitschek.

As primeiras turmas de Serviço Social no Ceará abrangiam na sua carga horária disciplinas relacionadas à Sociologia, Psicologia, Higiene, Puericultura, Doutrina Social da Igreja, Enfermagem, Moral, Patologia Social e Direito.

De acordo com a Professora Carmencita, que foi aluna do Curso de Serviço Social na sua primeira década aqui no Ceará, o currículo mínimo das primeiras turmas da Escola de Serviço Social obedecia a um critério positivista que satirizava e atomizava a totalidade social. Disciplinas como: Sociologia, Medicina, Direito, entre outras geravam uma compreensão da sociedade como algo estático, e que se podia atuar, tratando.

Pode se dizer que o assistente social que era formado e possuía o diploma de assistente social era considerado uma espécie de patologia social, o mesmo podia atuar como um técnico do tratamento da questão social.

É importante ressaltar que o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará completou 60 anos no ano de 2010, surgiu em 1950, fruto dos condicionantes sócio histórico e conjunturais que perpassavam a realidade cearense, recebendo forte influência das primeiras Escolas de Serviço Social do Brasil. Constituíam-se até o ano de 2006, como o único curso oferecido dessa área no estado do Ceará, no entanto, atualmente o crescimento vertiginoso da educação privada no Brasil e seus reflexos nesse estado, localizado na Região Nordeste do país, espaço onde os índices de pobreza são elevados, necessitando com premência do contínuo processo de implementação de Políticas Sociais Públicas.

1.8 A Escola de Serviço Social na Atualidade no Estado do Ceará

O Curso de Serviço Social no Ceará não ficou fora do circuito da mercantilização da Educação Superior, uma vez que a racionalidade sociopolítica do empresariado percebeu que o tratamento as políticas sociais públicas demandam uma quantidade significativa de profissionais, por isso os conglomerados educacionais decidiram investir nesse Curso da Área de Ciências Humanas, (num país onde as Ciências Humanas são desvalorizadas em termos de produção acadêmico-científica), e voltado predominantemente ao público feminino, possibilitando que o custo das mensalidades seja barateado e aumentando assim, o acesso de estudantes ao curso.

Destarte, uma quantidade exacerbada de profissionais graduados em Serviço Social em curto prazo, levará a confirmação da premissa postulada por Yamamoto (2011, p.440):

A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais [...] poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é, aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual mascara sua relação com o mundo do trabalho.

Yamamoto (2011) ainda refere-se aos espaços-ocupacionais do Serviço Social conforme abrangem três setores, são esses: setor representado pelo Estado, que se divide nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário; depois vem o segundo setor que corresponde às empresas privadas capitalistas; e, por último o terceiro setor que são as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, as ONGs e movimentos sociais. De acordo com a autora, esse profissional é inserido em vários espaços ocupacionais.

Desse modo, os assistentes sociais atuam na sua formulação, planejamento e execução de Políticas Públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras movidas pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população.

Ressalta-se ainda que o profissional de Serviço Social realize sua intervenção pautada em cima das questões sociais em suas diversas expressões (vulnerabilidade, risco social, extrema pobreza, dentre outras), a fim de promover um meio de minimizar ou administrar as expressões dessas questões, por meio de políticas sociais, sejam elas públicas ou não. Várias

questões são enfrentadas pelo assistente social hoje no seu campo profissional no âmbito da questão social, são essas: relação de gênero, pobreza, saúde da mulher, violência contra a mulher, habitação popular, dentre outras.

Cabe ainda esclarecer, que o mercado de trabalho em suas diversas esferas exige um profissional bem capacitado, que saiba no seu campo de atuação desenvolver competências críticas sobre essas questões e que não seja um mero executor de atividades, mas um profissional que trabalhe com um diferencial voltado para essas demandas.

A expansão da formação profissional em Serviço Social no Ceará tem-se dado via ensino mercantil, privado e/ou distância, dessa maneira, negam uma formação profissional crítica, comprometida com valores e princípios expressos no código de ética profissional, o qual se confronta com esse modelo de Educação Superior que prevalece a privatização e a mercantilização da educação, que respalda as formações aligeiradas, prioriza o quantitativo em detrimento da qualidade.

Em suma, é necessário ressaltar que não está sendo desmerecida a classe dos Profissionais de Ensino à Distância, mas desmerecendo o Conselho de Serviço Social no qual coloca muitos profissionais no mercado de trabalho que se forma pela metade do tempo e aprendizado “exigido”.

CAPÍTULO II - DA FORMAÇÃO INICIAL À FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Lecionar não é uma simples prática que leva o indivíduo a ensinar e aprender, ela ultrapassa o ensinamento da humanidade. Além de ser considerada, como tudo que possa constituir aprendizado. Seu acontecimento transcorre de forma inter - relacional através de regras obtidas por conduta, valores e moral entre os seres humanos, com a intenção de transformar, ou seja, de proporcionar conhecimento.

Anteriormente a década de 1930, notava-se que já existia a importância de professores da formação e atuação de Serviço Social na área da Educação, tendo sua origem nos processos sócios históricos que constituíram a profissão de Serviço Social. Mas somente a partir da década de 1990 houve um aprofundamento da discussão sobre as Políticas Sociais como um locus de trabalho direcionado ao Serviço Social. Nesse contexto, a evolução do

Projeto ético – político e profissional foi de extrema importância para amadurecimento do espaço do Serviço Social no âmbito educacional. Frente a essa nova realidade, houve um aumento profissional da demanda.

O professor de serviço social se fortalece no campo da educação por atuar em espaço onde a diversidade humana, cultural econômica estão presente, as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes reclamam ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas. Apesar de a educação escolar ainda não ser um campo fértil de trabalho dos assistentes sociais são as próprias alterações processadas no mundo educacional, da informação e da tecnologia que demandam a sua inserção em articulação com os demais profissionais (Souza, 2005, p. 38-39).

Neste sentido, torna-se necessário que haja atuação do assistente social na política educacional, diante da dinâmica social posta pelo capitalismo, (mudanças trabalhistas e culturais) e não apenas pelo anseio da classe profissional em conquistar novos espaços de trabalho. Portanto, houve um grande aumento da presença desses profissionais na Política de Educação. Almeida (2003) ressalta que o primeiro fenômeno se relaciona a uma tendência no campo das Políticas Governamentais voltadas para o enfrentamento da pobreza e para garantia de uma renda mínima que tomam a inserção da participação no ensino regular das crianças das famílias atendidas.

O que tem se observado é que a própria diversificação e ampliação dos programas e projeto sociais sejam eles de corte municipal, estadual ou federal, voltados para o enfrentamento da pobreza acabam reforçando esta tendência e criando vínculos institucionais entre as diversas Secretarias e Instâncias, as quais se subordinam com a rede de ensino fundamental por todo país (CFESS, 2011).

A quantidade de vagas para o ingresso, regresso, permanência e sucesso do universitário na faculdade, aumenta cada vez mais, ampliando a visão social desses alunos para a construção de um futuro promissor no mercado de trabalho. Esse enfoque diz que é um dos grandes desafios para o professor de Serviço Social quanto a melhoria da sua qualidade profissional.

Conforme Almeida (2000) as demandas provenientes do setor educacional relacionadas à sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social recaem em diversas situações, a exemplo, a necessidade de trabalhar com adolescentes e suas famílias. Pois, muitas vezes, o profissional do serviço social atende as solicitações de trabalho com os

próprios professores, sem deixar de lado, a ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais.

Entende-se que contemplar a formação inicial e a prática profissional, implica pensar a dinâmica da sociedade, as transformações ocorridas e suas constantes mudanças. Todavia, a práxis social atua frente às expressões da questão social, uma vez que, o assistente social atua como o profissional mediador das relações, viabilizador dos direitos e recursos, socializador das informações pertinentes às demandas da população, lutando pela inclusão e igualdade social (Almeida, 2000).

O exercício da profissão requer um profissional informado, crítico, culto e atento ao mundo contemporâneo, competente na gestão e elaboração de projetos, bem como, na avaliação de programas e projetos sociais, capacitação de recursos, gestão de pessoas, entre outros, socializando informações e conhecimentos, propondo novos serviços e ampliando o espaço do Serviço Social.

Nos últimos anos do século XX, a questão da importância de formação continuada como um requisito para o trabalho tornou-se forte nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos. A ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias se tornou requisito essencial para a inserção no mundo do trabalho. Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais (Gatti, 2008).

A formação inicial e continuada da qual está se tratando deve buscar eficiência e modernização, capacitando o profissional para uma atuação de nível macro.

Maia e Barbiani (2003, p.3) acrescentam:

“A formação continuada não vem para preencher lacunas da formação inicial, mas para inseminá-la, provocando reflexão e promovendo interrogações de sentido e efetividade. Assim, a formação inicial se abastece e se transforma com o diálogo rico, estabelecido com organizações, movimentos, atores que estão construindo seus projetos profissionais. Transformando-se, vai produzindo profissionais qualitativamente diferentes, cada vez mais próximos e sintonizados com seu mundo e tempo histórico”.

Deve - se ressaltar que pela formação continuada é possível socializar as práticas e conhecimentos, as trocas de experiências, estabelecidas nas novas relações e parcerias com os profissionais da área, enfim, são oportunidades que no dia a dia e na cotidianidade do exercício profissional se torna mais difíceis.

Há ainda outra dimensão importante na qual a educação contínua contribui significativamente: a construção de profissionais mais engajados na luta pelos direitos nas Políticas Públicas, ou seja, a formação do caráter crítico, que implique na construção de novos sujeitos políticos, na perspectiva de valores democráticos.

2.1 A Formação Inicial nos Cursos ofertados em Serviço Social no Brasil

A História da Formação do Curso de Serviço Social no Brasil, de modo geral, revela que os primeiros profissionais da área de Serviço Social, basicamente estiveram a serviço do Estado e de algumas organizações ligadas à Igreja Católica, sendo que, em ambos os casos, sob uma perspectiva assistencialista, fundamentada pelo caráter de ajuda e caridade ao próximo (Iamamoto 2011; Carvalho, 2005).

É importante destacar, que a emergência do Serviço Social no Brasil está vinculada à Igreja Católica, através de seu apostolado leigo, essa é uma mediação de fundamentação para a apreensão da profissão no contexto nacional e que marca, articulada a sua vinculação à classe dominante o caráter conservador que revestiu hegemonicamente a profissão até as décadas de 1970/1980.

A uniformização da formação profissional em Serviço Social se dá, sobretudo, por intermédio de instituições privadas, segundo os dados apresentados pelo MEC em 2010 existiam no país, 323 (trezentas e vinte e três) Instituições de Educação Superior que ofereciam o curso, das quais 282 (duzentas e oitenta e duas) pertenciam à esfera privada e 41 (quarenta e uma) estavam em instituições públicas, distribuídas em 3015 (três mil e quinze) municípios do Brasil, dos quais 52,94% (1419) tem acesso ao ensino à distância de caráter público e privado e 47,06% (1419) tem instituições de ensino presencial público e privado.

Segundo dados levantados pelo CFESS (2010) os Cursos de Serviço Social declaram formalmente em seu Projeto Político Pedagógico, uma carga horária em torno de 3000 a 3340 horas. São cursos semestrais com duração de 3 a 4 anos, isto é, a princípio estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS -1996 - e do MEC – 2001.

Segundo Iamamoto (2011) a intensa e recente expansão dos Cursos de Graduação em Serviço Social no horizonte do ensino privado tem sérias implicações para a Política de Formação Acadêmica e para o exercício profissional, uma vez que, os novos cursos não acompanharam o processo coletivo de elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares.

Cabe salientar que as Diretrizes Curriculares surgiram a partir de um amplo e sistemático debate impulsionado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje em dia Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e unidades de ensino (por meio de professores e estudantes).

Todavia, os Cursos de Serviço Social no Brasil devem oferecer disciplinas que estejam articuladas com a proposta das diretrizes, a qual busca garantir a formação básica, a partir dos elementos centrais que permitam o profissional construir análises de realidade.

Em suma, a expansão da Formação Profissional em Serviço Social no Brasil tem se dado via ensino mercantil, privado e/ou distância, dessa forma negam uma formação profissional crítica, comprometida com valores e princípios expressos no código de ética profissional, o qual se confronta com esse modelo de Educação Superior, que prevalece a privatização e a mercantilização da educação e que respalda as formações aligeiradas, priorizando o quantitativo em detrimento da qualidade (Iamamoto, 2011).

2.2 A Formação nos Cursos de Serviço Social

A reflexão sobre a formação profissional do assistente social na atualidade requisita a compreensão dos elementos constitutivos do Serviço Social. Na sua trajetória de desenvolvimento enquanto profissão, a formação profissional no curso se situa enquanto parte de um projeto profissional construído pelo conjunto da categoria.

Todavia, a formação determina uma inserção politizada e comprometida com os princípios democráticos e emancipatórios para o exercício da profissão. A construção dessa trajetória recupera elementos que possibilitam o conhecimento e a reflexão sobre a formação profissional orientada pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pelo Projeto Ético Político da profissão.

A criação do Curso de Serviço Social no Brasil ocorre no contexto socioeconômico e político, momento histórico que caracterizava como unidade federativa pobre, cuja economia estava fundada no agro - exportação e no processo de industrialização voltado para o beneficiamento de produtos agrícolas como: algodão, cera de carnaúba, oiticica e mamona.

As expressões da questão social eram concebidas como consequências da desunião, incompreensão e do egoísmo das próprias classes entre si. Politicamente, vivia-se um momento de redemocratização, quando se instaurava no país o pluripartidarismo (CFESS,

2011).

Nessa mesma época a Igreja através de sua Doutrina Social implícita nas encíclicas papais estabelece diretrizes gerais para a compreensão dos problemas humano-sociais e normas genéricas referentes ao exercício da fé católica, disseminadas pela Ação Católica, instrumento ideológico da Igreja. A sua grande preocupação dirigia-se à formação e à educação da juventude, além das futuras lideranças católicas, instituindo colégios, faculdades e universidades.

O processo de regionalização no curso, apesar das mudanças ocorridas durante o início da década de 1960, só passou a ser efetivamente processado a partir da segunda metade da referida década, com a emergência do processo ditatorial no Brasil, conforme indica Paulo Netto (2011). No âmbito da formação no curso passou-se a receber requisições de um perfil mais moderno, tecnificado e com traços mais “racionais”. Nesse sentido, o autor supracitado, assinala que houve uma “profunda rotação” nos mecanismos vigentes na formação, para a qual contribuíram a ampliação das agências formadoras e a inserção da profissão no circuito universitário.

De acordo com Iamamoto (2007, p. 19), ao refletir sobre a formação dos cursos públicos e privados do SS, presenciais e a distância, adverte:

O ponto comum da expansão dos cursos à distância é a liderança do empreendimento privado lucrativo – que tem nessa modalidade de ensino uma oportunidade de ampliar suas taxas de acumulação – e sua localização em capitais e cidades médias, que tendem a polarizar economicamente a respectiva região, seja no âmbito das atividades industriais ou de serviços.

Cabe salientar que, o Curso de Serviço Social prepara profissionais para planejar e executar Políticas Públicas e Programas Sociais destinados as crianças, adolescentes e adultos que não têm acesso pleno aos seus direitos, para que eles aprendem a desenvolver ações e mecanismos para que seu público tenha mais autonomia e qualidade de vida. Entretanto, a ação do profissional em Serviço Social pode estar voltada para a população em situação de pobreza, pessoas com necessidades especiais, aqueles que têm seus direitos violados ou encontram-se em vulnerabilidade social. Por isso, o curso apresenta uma base de disciplinas como: Direito, Legislação, Comunicação e Psicologia. É importante ressaltar, que tais disciplinas são ofertadas nas primeiras fases do Curso de Serviço Social, além das disciplinas que ajudam a entender a formação

socioeconômica do Brasil: História, Política, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Economia.

Por fim, o profissional formado no Curso de Serviço Social está habilitado a realizar atividades como:

- 1.7.1 Analisar, elaborar e coordenar planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população;
- 1.7.2 Elaborar laudos, pareceres e estudos sociais;
- 1.7.3 Ampliar o acesso da população a serviços públicos de saúde, educação, previdência social, habitação, assistência social e cultura;
- 1.7.4 Orientar pessoas para que tenham acesso aos direitos e serviços;
- 1.7.5 Realizar avaliações, com base em documentos e estudos técnicos e em pesquisas locais.

2.3 O Início da Formação Continuada em Serviço Social

A formação contínua é concebida como uma prática de intervenção educativa e é solidária aos desafios do profissional em todas as suas dimensões coletivas, na relação com seu contexto de trabalho e de vida. Perrenoud (2000, p. 36) destaca que a auto formação resulta, idealmente, de uma prática reflexiva que se deve muito mais a um projeto pessoal ou coletivo do que a uma expectativa explícita da instituição.

Nos últimos anos do século XX, a questão da importância de formação continuada como um requisito para o trabalho tornou-se forte nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos. A ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias se tornou requisito essencial para a inserção no mundo do trabalho. Ou seja, a educação continuada no serviço Social foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais (Gatti, 2008).

Sposati (2007) aborda que o conhecimento produzido do Assistente Social termina sendo fortemente marcado pelo conhecimento prático, o que não significa desconhecer ou isolar-se de teorias gerais, mas construir um campo de conhecimento fortemente demarcado pela experiência real de vida, de dadas situações, por segmentos e classes sociais.

Vale salientar que contemplar a prática profissional implica pensar a dinâmica da

sociedade, as transformações ocorridas e suas constantes mudanças. No entanto, vale registrar que a práxis social atua frente às expressões da questão social. Por conseguinte, o assistente social atua como o profissional mediador das relações, viabilizador dos direitos e recursos, socializador das informações pertinentes às demandas da população, lutando pela inclusão e igualdade social.

Segundo Yamamoto (2008):

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas (Yamamoto, 2008, p. 41).

Todavia, a dimensão coletiva do trabalho profissional passa a ser valorizado como locus da formação. Com respeito a isso, Porto (2000, p. 14), aponta um triplo movimento: “conhecimento na ação (saber fazer); reflexão na ação (pensar sobre o fazer); reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação (analisar criticamente o saber fazer)”, diante dessas vertentes surge quatro eixos estruturadores da formação continuada em SS, tais como:

1º – A formação continuada como auto formação caracterizada como um processo indissociável da experiência de vida, a relação formação/prática é objetivada na formação de um sujeito crítico e criativo, autônomo no âmbito pessoal e profissional (Porto, 2000).

2º – A formação continuada como exercício da transdisciplinaridade e da historicidade na produção do conhecimento: dentro do contexto da pluralidade e diversidade de que se reveste a realidade social, entrecruzam-se diferentes espaços/tempos de formação. Por outro lado, a íntima conexão entre conhecimento e tempo histórico, à fidelidade requerida ao conhecimento impõe sua permanente atualização (Yamamoto, 2012).

3º – A formação continuada como construtora de identidade profissional: não há processo educativo que prescindia da dimensão relacional. A formação é processo que produz a identidade da pessoa e do profissional, ampliando-se esse processo para o âmbito da valorização do corpo profissional, construída no e pelo conhecimento das experiências que realizam (Porto, 2000).

4º – A formação continuada como desenvolvimento de competências profissionais: buscar a efetividade da ação profissional, para além dos efeitos de eficácia e eficiência (padrões de desempenho tradicionais) é um dos desafios das práticas emancipatórias deste

século.

Diante do exposto, pode-se constatar que a educação continuada é uma das possibilidades de intercâmbio das experiências singulares, remetendo-as e fecundando-as com as demais competências individuais, coletivas e recursos fundamentais para a formação.

2.4 A Importância da Relação entre Teoria e Prática: uma vertente da formação continuada em Serviço Social

Outra questão importante sobre a prática profissional diz respeito à relação teoria/prática, falar sobre desafios remete a dinâmica do cotidiano da prática profissional do assistente social e, é claro, ao debate sobre a relação teoria e prática frente ao contexto socioeconômico e político brasileiro, o que leva a pensar como estes desafios perpassam e se manifestam, nos diversos campos sócios ocupacional da profissão do assistente social. Para Santos (2006), muitos profissionais ainda carregam uma compreensão equivocada da relação teoria/prática.

Pode - se enumerar, segundo a autora, três equívocos que contribuíram em relação à prática profissional.

- a) A primeira delas ancora-se na ideia de que a teoria de ruptura é igual à prática de ruptura. O processo de ruptura a que a autora se refere nessa formulação é aquele que considera a teoria apropriada pelo Serviço Social que contribuiu para o movimento de reconceituação ocorrido a partir da segunda metade da década de 1970 e se firmou em meados dos anos de 1980, a qual negou as vertentes conservadoras, dando origem à concepção teórica hegemônica para a profissão desde então.
- b) Para Santos (2006) a segunda concepção vai, por assim dizer, na contramão da primeira. Dessa forma, seus defensores entendem que a ação prática gera de imediato uma teoria por meio de sua sistematização. O corpus teórico aqui seria então, a própria sistematização da prática apreendida pelo exercício profissional. A frase consagrada de que na prática a teoria é outra também se encaixa aqui, porém agora com um cunho muito mais de conformação no sentido de conferir para a ação prática maior destaque do que para a teoria.
- c) A terceira concepção apontada por Santos (2006) como sendo equivocada na leitura sobre a relação teoria/prática nos remete também à primeira, pois nela se tem a

afirmativa de que “a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação” (Santos, 2006, p. 116).

Todavia, pode - se dizer que a teoria de ruptura empreendida pelo Serviço Social não resultou em uma ação prática nos mesmos moldes, com o agravante de esperar da teoria a tradução quase que simultânea de instrumentos de ação extraídos diretamente dela.

Cabe ressaltar ainda que um dos desafios do assistente social centra na questão dos instrumentais e das competências éticas. Avançando na análise e apreendendo a noção de que a teoria não muda o mundo e que o instrumental é a ferramenta que a práxis contempla implicando, na consolidação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa da profissão.

O instrumental, como conjunto articulado de instrumentos e técnicas substância a operacionalização da ação e é concebido como estratégia por meio da qual ela se efetiva. É uma instância de passagem que permite a realização da trajetória que vai da concepção da ação à sua operacionalização (Martinelli e Koumrouyan, 1994).

É nesse intuito que o instrumental utilizado pelo assistente social em seu trabalho, não pode ser visto, analisado e aplicado isoladamente, mas, organicamente articulado ao projeto ético-político da profissão, indicação ética que adquire efetividade histórica e concreta quando se tem uma direção político-profissional e que não se limitam a normatizações morais, mas envolvem escolhas teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais, fazendo parte de um conjunto maior da profissão e de uma determinada concepção de Serviço Social.

2.5 Os Saberes da Prática Docente no Serviço Social

Pode- se considerar que a docência não é uma atividade profissional secundária e que, para exercê-la, não basta o conhecimento do assunto e da matéria específica de uma área do conhecimento ou gosto pelo ensinar. O profissional de Serviço Social, como os outros têm que ter habilidade com o assunto ofertado e tem que ter vocação. Defende-se que, apesar da realidade mostrar o caminho truncado (despreparo e sem formação) percorrido pelos docentes, é preciso considerar uma formação e a construção de uma identidade profissional docente.

Como afirmava Freire (1991, p. 32):

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática. A identidade docente é uma construção que se faz durante toda a trajetória profissional implicando em um processo de formação baseado em conjunto de saberes.

A docência no Serviço Social é uma das mais requisitadas vias para a construção de uma sociedade baseada na equidade, constituindo-se de uma ferramenta poderosa para a transformação social, porém em tempos sombrios de neoliberalismo onde os frutos da modernização não são repartidos o que contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais (Guerra, 2010).

Nessa perspectiva o assistente social dentro do processo de formação, construção do perfil profissional, da identidade profissional, e de novas demandas sociais, emergem novos campos de atuação. Frente ao exposto é possível observar que novos Assistentes Sociais assumirão os espaços de atuação, para o desenvolvimento de sua prática profissional, bem como a supervisão de novos estagiários, e a docência, pois, como prevê na Lei nº. 8662, de 07 de junho de 1993, sobre a profissão de assistente social (regulamentação da profissão) especificam em seu artigo 5º:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação com pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação (Brasil, 2006, p 29.).

É pertinente entender que a formação em Serviço Social, por se tratar de um Bacharelado, não forma o profissional para a atividade docente, nessa perspectiva é que a monitoria no campo do Curso visa desenvolver a vivência do estudante de graduação com a prática na Educação Superior; a Prática da Docência permite ao professor assistente social, apropriar-se dos conteúdos curriculares, da profissão para integrar-se ao saber ensinar, de experiência na prática da docência. Todavia, o saber ensinar supõe o saber da profissão para desenvolver o papel de professor dentro da perspectiva construção do ensino e aprendizagem. Em suma, o exercício da docência em Serviço Social constitui-se das atribuições privativas dos/as assistentes sociais (Guerra, 2010).

Vale salientar que a prática docente deve estar relacionada ao compromisso ético da categoria profissional, uma vez que na formação profissional é que se constrói o

protagonismo social. Tendo em vista, que o Projeto Ético - Político do Serviço Social posiciona os assistentes sociais em resistência aos avanços do neoliberalismo, visando assim à plena expansão dos sujeitos sociais, emancipação humana e a autonomia dos indivíduos.

Assim, pela ação coletiva da categoria profissional e pela prática docente comprometida condiciona a transformação social e pessoal de seus sujeitos. Faustini (2004) expõe que o saber prático é um saber que articula o saber formalizado e o saber da experiência é que vai constituindo num saber profissional docente. O docente assistente social não ensina só experiência, nem somente conhecimento sistematizado, em seu cotidiano de ensino, é autor de um tipo especial de saberes que nascem da própria prática – esse é o saber prático.

O assistente social ocupando o espaço da docência atua na vertente de qualidade social, visando à plena expansão dos sujeitos sociais, autonomia e emancipação humana como já citado, pois dentro do âmbito escolar eclodem as mais diversas expressões da “questão social”. Assim, tendo em vista a erradicação das disparidades sociais, todo esse emblema ideológico deva estar impregnado no Projeto Ético Político do Serviço Social, que deve estar intimamente ligado pelo caráter de luta, fugindo de uma modelo de educação “mercadológico” que ajuda a conservar os status da sociedade, acentuando ainda mais as diferenças sociais.

Pode-se concluir que a docência é indissociável ao processo educativo, na medida em que o trabalho de empoderamento das classes subalternas desempenhado pelo assistente social é no sentido de emancipação, considerando de facto a sociedade civil, enquanto um espaço politizado munido de força coletiva nos processos decisórios, que caracteriza a participação democrática, pois a sociedade civil, enquanto instância organizada pode formular e programar políticas públicas que responda as suas reais demandas (CFESS, 2011).

2.6 A Identidade e Atuação Profissional do Assistente Social na Atualidade no Ceará

É durante a formação acadêmica que os conteúdos e valores devem ser aprendidos e apreendidos com o objetivo de construir a identidade do futuro profissional. São estabelecidos os fundamentos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos e operacionais. Enfim, cumprem-se as normas legais que garantirão a possibilidade de inserção do/a profissional na divisão social e técnica do trabalho (Gentili, 1997).

Um dos aspectos que configura a identidade profissional do Assistente Social no Ceará

são as representações que expressam a consciência profissional dentro das perspectivas teórica, política e ideológica. São as instituições formais, compostas pelas unidades de ensino, pelos centros de pesquisa e representação, conselhos federal e regional aos quais os/as profissionais estão vinculados e que legitimam a profissão jurídica e formalmente (Gentili, 1997).

É relevante destacar que as instituições são responsáveis tanto pela permanência da profissão na esfera social como pelos processos próprios do exercício profissional em relação aos conteúdos teóricos, ideológicos, políticos e valorativos. Na opinião de “Gentili (1997) essas instituições realizam plenamente a característica de manter a perenidade da profissão do Serviço Social e de sua identidade, seja por meio do ensino formal, seja por meio dos processos de agregação associativa” (Gentili, 1997, p. 135).

Assim, faz-se necessária que a atuação profissional na atualidade e especificamente no Estado do Ceará possibilite aos/às assistentes sociais, compreender criticamente a atual conjuntura da expansão capitalista e suas repercussões nas alterações das funções historicamente atribuídas à profissão; e que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais.

Para Martins (1999, p. 70), a atuação profissional do Assistente Social dentro da educação possui a atribuição de:

- 2.6.1 Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;
- 2.6.2 Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);
- 2.6.3 Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola;
- 2.6.4 Estimular ações coletivas;
- 2.6.5 Realizar pesquisas que contribuam com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- 2.6.6 Maximizar a utilização dos recursos da comunidade;
- 2.6.7 Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011, p. 41) também aponta outros desafios que envolvem a atuação dos assistentes sociais na política de educação inclusiva no Ceará, e se referem:

[...] à ultrapassagem dos limites impostos pelo pensamento conservador; à efetivação dos direitos de cidadania daqueles/as que são “marginalizados/as” pela sua condição social ou pelo “contexto familiar”; aos limites impostos à participação das famílias na gestão escolar e da política educacional; às poucas produções e estudos sobre o Serviço Social na educação; à precarização dos recursos nas políticas sociais de um modo geral e à de clareza dos/as demais profissionais da educação acerca do campo de atuação do Serviço Social.

É importante ressaltar que a identidade do assistente social na Política de Educação, extrapola os limites da avaliação socioeconômica ou implementação de projetos sociais. Assim, compreende-se que o mesmo possui o desafio de não limitar sua atuação e intervenção à simples resolução de problemas cotidianos, mas desenvolver estratégias de mobilização social da comunidade escolar, colaborando, deste modo, para o processo de democratização da educação.

2.7 Reflexão sobre a necessidade de Ressignificação na Formação do Assistente Social

É importante iniciar essa reflexão com as constantes mudanças que o assistente social enfrenta no mundo do trabalho. Apresenta-se na classe trabalhadora a necessidade de um processo reflexivo quanto ao seu papel na divisão social e técnica do trabalho.

No entanto, no bojo do Serviço Social como formação, faz-se necessário o aprofundamento teórico em pesquisas de campo que possibilitem referências para a avaliação de melhores formas de intervenção que contribuem na formação e desenvolvimento de profissionais de Serviço Social mais competente.

Cabe salientar que a reflexão no contexto da formação do profissional de Serviço Social é de suma importância, pois permite a compreensão dos limites e possibilidades de atuação profissional frente aos desafios colocados pela modernidade.

A sociedade contemporânea cearense inserida em um cenário político-econômico e cultural está diretamente relacionada ao momento histórico que a humanidade está vivenciando, a modernidade, explicitando suas dimensões sociais. Faz-se necessário desenvolver uma redefinição da formação profissional, situando a formação do/a assistente social de acordo com as novas exigências da contemporaneidade brasileira, considerando as conquistas e avanços já consolidados, bem como, os limites e dilemas identificados (Iamamoto, 2008).

A preocupação que move tal reflexão é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova

cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais (Iamamoto, 2008, p. 168).

Contudo, faz-se necessária que a ressignificação da formação profissional possibilite aos/às assistentes sociais compreender criticamente a atual conjuntura da expansão capitalista e suas repercussões nas alterações das funções historicamente atribuídas à profissão, e que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população, que é alvo da atuação dos serviços profissionais.

2.8 Os Cursos de Serviço Social diante às Diretrizes Curriculares Nacionais

O debate sobre a Formação Profissional na Contemporaneidade Brasileira, tendo em vista a formulação de um novo currículo, supõe, pois, um diálogo crítico com o processo de construção e implantação de um Projeto de Formação Profissional coletivamente construído. Projeto esse, dirigido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), protagonizado pelas unidades de ensino, por meio de professores, alunos e profissionais, que buscou a articulação entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, o que possibilitou a efetiva integração do Serviço Social na dinâmica da vida universitária. Representando significativamente um salto de qualidade da preparação acadêmico-profissional de quadros para o exercício do Serviço Social (Iamamoto, 2008).

O direcionamento político da categoria profissional, no que se relaciona à formação profissional está fundamentado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) que apresentam a nova lógica curricular, afirmando que a formação profissional deve expressar uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, e é esta dinâmica que direciona a inserção profissional na realidade social e institucional. Dessa forma, as Diretrizes devem proporcionar no processo de: formação; capacitação teórica-metodológica; ético-política e técnico-operativa, que promovam um perfil profissional crítico, que apreende a totalidade social, em todas as suas dimensões.

Sendo assim, as Diretrizes Curriculares possuem centralidade na formação acadêmica, pois fundamentam o processo ensino-aprendizagem do estudante e formam uma base sólida para a prática profissional. Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional do Curso de Serviço Social, que informa a revisão curricular são os seguintes:

1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida

social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2. A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos social e históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
3. O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela Reforma do Estado e pelo Movimento de Organização das Classes Trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (Iamamoto, 2011).

Diante disso, as novas expressões assumidas pela questão social, frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do/a profissional. Assim, as novas diretrizes curriculares traçam um perfil para o/a Bacharel em Serviço Social:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1996, p. 1).

Contudo, a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional.

Cabe salientar ainda, os princípios que fundamentam e que definem as Diretrizes Curriculares da Formação Profissional, implicando na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa:

- a. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como: oficinas,

seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo.

- b. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
- c. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.
- d. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares.
- e. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.
- f. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos.
- g. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional.
- h. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.
- i. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais.
- j. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular.
- k. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Conforme foi exposto, o pressuposto central das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social é a permanente construção de conteúdos (teórico-políticos-culturais-éticos), para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

2.9 Habilidades, Competências e Atitudes do Assistente Social

Diante da realidade profissional, o Curso de Bacharelado em Serviço Social tem por finalidade a formação de profissionais éticos, críticos e reflexivos, habilitados para o exercício

de suas competências, habilidades e atitudes profissionais para atender a demanda do mercado de trabalho.

O curso possui currículo abrangente, visando atender de forma completa às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Serviço Social, que foram estabelecidas por meio de Resolução do CNE/CSE nº 15, de 13 de Março de 2002, de onde também decorre a perspectiva de um eficiente desempenho profissional junto ao mercado de trabalho.

O egresso do Curso de Serviço Social deverá ser portador de cultura humanística, centrada em áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, possuir capacidade crítica e analítica frente às realidades brasileiras, local e mundial, e capacidade criativa e inovadora quanto à formulação e implementação de políticas de intervenção social frente às mazelas sociais.

Ressalta-se diante do exposto, que o aluno deverá ser um profissional que tenha a qualificação teórica com fundamentação técnico-instrumental e teórico-metodológica apoiada nas principais vertentes das ciências sociais e da teoria geral crítica, aliada à formação ética - política, capaz de:

1. Analisar o contexto conjuntural, identificando as forças sociais aí presentes para definir estratégias de ação, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social e o Projeto Ético-Político Profissional.
2. Elaborar, implementar, assessorar, coordenar e executar políticas sociais nas áreas de saúde, assistência e previdência, educação, habitação, crianças, adolescentes, idosos e outros.
3. Elaborar, coordenar, executar e avaliar programas e projetos na área.
4. Encaminhar providências e prestar orientação social as pessoas, grupos e à população em geral. Orientar os cidadãos dos diferentes segmentos sociais sobre os programas sociais disponíveis e democratizar o acesso a esses programas.
5. Planejar, executar e avaliar pesquisas para o conhecimento da realidade social a fim de subsidiar as ações profissionais;
6. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública, privada e outras entidades.
7. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre

matéria de Serviço Social;

8. Prestar assessoria e consultoria aos órgãos da administração pública, empresas privadas e entidades, em matéria de Serviço Social;
9. Planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de Serviço Social.

Neste sentido, o Curso de Graduação em Serviço Social tem como perfil do formando o egresso/profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais.

É de grande relevância para a sociedade o debate acerca da prática profissional do assistente social na educação, em seus vários aspectos no que se refere ao ensino de qualidade, profissionais qualificados, métodos de aprendizagem, seus conhecimentos, competências, resiliências, entre outros.

As competências e habilidades do assistente social ficam também submetidas aos limites de possibilidades, da sociabilidade construída sob a lógica do capital, da condição de assalariamento e da relativa autonomia dos profissionais, as condições técnicas e éticas do trabalho, entre outros aspectos (CFESS, 2010).

A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 dispõe as competências do assistente social:

- I. Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
- II. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.
- III. Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em disciplinas relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa civis, políticos e sociais da coletividade;
- IV. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais, dentre outras.

Conforme foi exposto compreende-se que são várias as atribuições e as contribuições que o assistente social se mostra capacitado e apto para intervir, auxiliando no trabalho que já é realizado na educação por outros profissionais da área. É importante enfatizar que o assistente social no âmbito educacional não se insere neste espaço com o propósito de substituir outro profissional, mas com o intuito de promover o trabalho dos conhecimentos

interdisciplinaridade, a fim de superar as demandas urgentes ao contexto educacional, aperfeiçoando assim sua prática profissional (Gil, 2008).

Conforme Martins (1999) há a necessidade de apresentar algumas considerações sobre as competências, atitudes e conhecimentos do Assistente Social no âmbito educacional:

- Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos. Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios das universidades;
- Maximizar a utilização dos recursos da comunidade;
- Ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade;
- Fortalecer as ações coletivas;
- Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (Martins, 1999, p.70).

Portanto, há uma compreensão que a atuação do assistente social na educação tem como objetivo possibilitar uma contribuição para a resolução das problemáticas sociais decorrentes do âmbito educacional, as quais desmembrar-se em atendimentos socioeducativos aos alunos, e a suas famílias, no intuito de realizar encaminhamentos, orientações, informações, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, dentre outros.

Dessa forma, torna-se impossível não fazer uma associação referente à contribuição do assistente social para o fortalecimento e a contribuição na aprendizagem na área da educação. Mediante a afirmação de que esse profissional trabalha em busca da socialização das informações, no que referencia os direitos sociais, em que sua ação é determinada através de um caráter que promove o exercício da cidadania.

É notável que o papel e a habilidade do assistente social na educação são diferentes, pois exige funções educativas e organizadas, uma vez que, sua atuação sobrevém ao modo como vivem e como pensam na área da educação. Diante de situações vivenciadas no meio em que estão inseridas o assistente social trabalha de forma direta com a ideologia e através do diálogo e com a consciência de seus usuários utilizando seu caráter político educativo.

2.10 O Mercado de Trabalho para o Assistente Social no Brasil

O Serviço Social enquanto profissão assume o compromisso ético, político de assegurar e consolidar direitos, tem sido desafiado a formar profissionais com a capacidade de analisar criticamente a realidade e com habilidades para nela intervir de forma criativa e propositiva.

O contexto de crise estrutural do capital constitui um panorama cada vez mais restrito e seletivo, destituindo trabalhadores/as de acessarem o mecanismo de subsistência de suas próprias vidas. Isso tem viabilizado um processo crescente de desigualdade que rebate diretamente na restrição dos direitos civis, políticos e sociais. São tempos de mundialização do capital, no qual presenciamos profundas mudanças na formação profissional e no mercado de trabalho das/os assistentes sociais.

Na região de abrangência do campo da pesquisa realizada encontra-se um mercado profissional atravessado por metas quantitativas, podendo rebater negativamente na qualidade de serviços prestados à comunidade local. Vive-se num contexto caracterizado pela retificação das relações sociais, estranhamento dos sujeitos e precarização do trabalho.

A categoria de assistentes sociais têm se inserido nos mais diversos espaços sócios ocupacionais sejam em instituições públicas, em instituições privadas, ou ainda no terceiro setor e em movimentos sociais, atuando com as mais diversas políticas sociais (saúde, educação, assistência social, previdência, criança e adolescente, idoso, segurança, habitação, jurídico, entre outros), nos mais diversos níveis (planejamento, gestão, avaliação e execução), sempre na perspectiva de contribuir para a construção de uma sociedade emancipada.

Serviço Social enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas da sociabilidade capitalista contemporânea, particularmente, em relação às mudanças no mundo do trabalho, sendo estas, conforme Guerra (2010, p. 716), “[...] como uma condição básica para a elevação das taxas de lucro e do processo de financeirização do capital”, além de seus processos (des) estruturadores dos sistemas de proteção social e, por conseguinte, da política social em geral. São mecanismos que corroboram um cenário aquém da igualdade nas relações sociais, contribuindo para fundamentar a construção de forma que reiteram abordagens apolíticas das expressões da questão social, para além da dimensão pública e dos espaços democráticos que são legítimos nos processos de negociação dos interesses, por vezes antagônicos, entre Estado e sociedade (Yazbek, 2009).

Considera-se dessa forma que é possível observar as graves inflexões e desafios aos/as trabalhadores/as, sobretudo, assistentes sociais, que, histórica e contraditoriamente, alcançam protagonismo no cenário de elaboração, gestão e execução das políticas sociais, levando em consideração sua forma peculiar e histórica de especialização do trabalho junto à comunidade.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Discorrendo sobre Metodologia Científica

A Metodologia Científica é considerada por muitos especialistas como a ciência que ensina a pesquisar a partir de métodos científicos, ou que conduz à iniciação científica; a referida metodologia visa fornecer subsídios aos pesquisadores para que desenvolvam sua opinião social e política, dentro do contexto escolhido.

O método, quando incorporado a uma forma de trabalho ou de pensamento, leva o pesquisador a adquirir hábitos e posturas diante de si mesmo, do outro e do mundo, que só têm a beneficiar a sua vida tanto profissional quanto social, afetiva, econômica e cultural.

Por sua vez, além dos conhecimentos e saberes específicos, pode-se observar que a metodologia visa ainda refletir e conduzir os conceitos e teorias existentes sobre determinado assunto, para com isso, poderem desenvolver suas competências e habilidades, tanto de observação, interpretação de conceitos e opiniões à produção de textos, quanto ao seu posicionamento em debates na área educacional, desenvolvendo sua capacidade de argumentação favorável ou contrária às situações e ideias expostas.

Salomon (1999, p.107) afirma que:

Uma atividade é considerada científica quando: a) produz ciência; b) ou dela deriva; c) acompanha seu modelo de tratamento. De outra forma, o autor defende que metodologia científica é a "concreção da atividade científica, ou seja, a pesquisa e o tratamento por escrito de questões abordadas metodologicamente".

Severino (2000, p.18) ainda define metodologia científica como: [...] “um instrumental extremamente útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta” [...]. São instrumentos operacionais, sejam eles técnicos ou lógicos, mediante os quais os estudantes podem conseguir maior aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem universitária.

Frente a essa afirmativa há a necessidade de sistematizar o conhecimento científico, pois a partir disso, a metodologia começa a ser instituída e atrelada a pesquisa com pleno desenvolvimento. Nesse sentido, Severino (2000) diz que a pesquisa assume três dimensões:

De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Só se conhece construindo o saber, ou seja, praticando a significação dos objetos [...] assume ainda uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Ela é mediação necessária e eficaz para o processo de ensino/aprendizagem. Só se aprende e só se ensina pela efetiva prática da pesquisa. Mas ela tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão [...] (Severino, 2000, p. 26).

Cabe salientar que a metodologia científica em um trabalho de pesquisa no âmbito educacional é importante para todos porque é por meio dela que se descobre e se inventa, e o método representa, portanto, uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo quer seja para explicá-lo.

Com base em métodos adequados e técnicas apropriadas, o pesquisador terá condições, a partir da conscientização de um problema, de ir à busca das respostas ou soluções para a pesquisa.

A atividade científica é, acima de tudo, o resultado de uma atitude do ser humano diante do mundo que o cerca, do qual ele mesmo é parte integrante, para entendê-lo, reconstruí-lo e, conseqüentemente, torná-lo inteligível.

3.2 Tipo da Pesquisa

A investigação realizada busca fazer uma reflexão sobre a pesquisa qualitativa e descritiva levando em consideração as análises realizadas pela autora Bardin (2011) onde ela se utilizou de fontes diversas, como base teórica de outros autores e em suas vivências. Pode-se ressaltar que a pesquisa qualitativa tem seu berço nos estudos da Antropologia e Sociologia encontrando ainda destaque nas áreas de: Administração, Educação, Psicologia, dentre outras.

Torna-se importante ressaltar que para fins que desta pesquisa, adotou-se diversos tipos de pesquisa, como citado acima, para realização da análise de conteúdo preconizada por Bardin, tendo em vista sua ampla utilização e popularidade na pesquisa, entretanto, ressalta-se que foram seguidas com rigor, a fim de conduzir os resultados profícuos. Bardin ainda relata também que a pesquisa descritiva se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos.

Tendo em vista que esta tese se propõe a exemplificar a aplicação da técnica análise de

conteúdo, popularizada por Bardin (2011), caracterizado como um estudo de natureza descritiva, onde o mesmo afirma que a pesquisa descritiva, atende de forma mais adequada a intenção de estudos, que pretendem expor as características de determinado fenômeno.

A pesquisa descritiva é amplamente utilizada uma vez que, pretende conhecer e interpretar a realidade estudada, sem nela interferir ou modificá-la, sendo assim, esse tipo de pesquisa busca descobrir e observar os fenômenos: descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os.

Conforme descreve Bardin (2011) este tipo de pesquisa, a qualitativa procura “desvelar” processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias.

Assim a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma sugestão que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (Bogdan & Biklen, 1994).

O fazer científico se pauta na articulação entre método, teoria e prática. Onde esses meios deverão se interagir de forma que se crie uma interação satisfatória. A pesquisa social vem ganhando destaque cada vez maior com base em pesquisas qualitativas.

De acordo com Bardin (2011, p. 47) a pesquisa social pode ser entendida como os vários tipos de investigação que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”.

Para Bardin, pesquisa qualitativa é:

“(…) o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos” (Bardin, 2011, p.57).

O interesse pela pesquisa qualitativa inicialmente foi utilizado, em sentido amplo, por ser definida como uma metodologia que produz dados, a partir de observações extraídas diretamente do estudo de pessoas, lugares, objetos ou processos com os quais o pesquisador procura estabelecer uma interação direta para compreender os fenômenos pesquisados e

estudados.

3.3 Natureza da Pesquisa

Os estudos bibliográficos e documentais constituíram a fonte inicial de informações obtidas, buscando os teóricos que fundamentam essa temática, levantando dados e informações das principais discussões que perpassam esse campo de estudo.

Para que fosse possível a identificação da relação entre Assistente Social e Educação foi necessário ser realizado uma revisão bibliográfica, utilizando fontes como livros, publicações on-line e impressas, textos, artigos, portarias dentre outros documentos.

Na visão de Freire-Maia (1998), a revisão bibliográfica é básica e obrigatória em qualquer modalidade de pesquisa. De forma geral, qualquer informação publicada (impressa ou eletrônica) é passível de se tornar uma fonte de consulta. Os livros constituem-se nas principais fontes de referências bibliográficas. Os assuntos publicados em livros adotados como referências em sistemas formais de ensino constituem-se em um conhecimento pronto para a consulta.

Os autores utilizados como principais referências neste trabalho foram: Iamamoto (2000), Almeida (2000) Minayo (2011), CFESS/ABEPS (2011), Netto (2011) dentre outros, com pesquisas realizadas no Brasil e no exterior, aonde esclarecem alguns aspectos relacionados a essa complexa temática da identidade profissional.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental guarda estreita semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes: na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados receberam contribuições de diversos autores, tais como: Iamamoto (2000), Almeida (2000) Minayo (2011), CFESS/ABEPS (2011), Netto (2011) dentre outros.

Na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico, ou seja, não tem cunho científico, ou publicação com referência em Revistas Científicas de renome, com *qualis* A; B (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins, entre outros).

A análise documental foi utilizada enquanto um método de investigação da realidade

social aonde proporcionou uma concepção filosófica da pesquisa, na qual foi utilizada com caráter compreensivo, tendo um enfoque mais crítico.

Um dos documentos analisados foi o Projeto Político Pedagógico da Escola, o qual foi o fruto de uma construção coletiva, de diversos olhares e da contribuição de profissionais que exercem seu papel dentro da escola; foi previamente elaborado, contemplando as Diretrizes Curriculares Nacionais, para ajudar os professores e outros profissionais a entender as necessidades dos alunos, avaliar regularmente as metodologias e as práticas docentes.

Como método de recolha de dados, informações e documentos, foi adotada a pesquisa de campo realizada com os assistentes sociais, sendo elaborado um guião, com o objetivo de colher e analisar as opiniões, relatos e situações acerca da problemática vivenciada no âmbito educacional. O documento da pesquisa de campo requer comunicação e interação com os sujeitos, portanto, “correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas, informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.191).

Para a coleta de dados, utilizaram-se as entrevistas com perguntas abertas para os profissionais da área de serviço social, seguindo uma ordem lógica quanto aos assuntos abordados, a ser complementado por meio de outras questões provenientes do momento da entrevista, possibilitando assim, o aprofundamento do assunto de forma gradativa, e, a pesquisa de campo foi realizada através de observações direta.

Diante desse contexto, foi possível observar e analisar as interações dos profissionais no âmbito educacional, realizando nessa pesquisa a importância da categoria de assistente social dentro da educação, mostrando a educação centrada na aprendizagem, valorização da categoria de assistente social na educação, ética nas relações, comprometimento social, cidadania e foco nos resultados e na criação dos valores.

O roteiro das entrevistas foi previamente elaborado contemplando os tópicos e seguindo certa ordem lógica quanto aos assuntos abordados, possibilitando uma maior interação e aperfeiçoamento sobre a pesquisa, as perguntas e categorias abordadas para os entrevistados foram: No âmbito da atuação do Assistente Social dentro da Educação onde está a maior viabilidade de materialização do projeto ético-político? (Categoria: viabilidade). A Literatura do Serviço Social na Educação ainda é muito restrita. Quais os caminhos ou referências para atuar em espaços educacionais? (Categoria: referências). Quais os instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais na Educação? (Categoria: Instrumentais).

Quais as competências e os métodos utilizados pelos Assistentes Sociais da Educação para compreender as problemáticas mais pertinentes dentro do âmbito escolar? (Categoria: Competências/Métodos). As condições físicas da escola para o atendimento do assistente social para com o usuário garantem o sigilo na atuação profissional? (Categoria: Sigilo). O que falta na Formação do Assistente Social para prepará-lo para o viés Educacional? Qual a sugestão que você daria como profissional da área. (Categoria: Formação).

Marconi & Lakatos (1996) inferem que a pesquisa de campo é uma fase realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.

3.4 Objetivos da Pesquisa

3.4.1 Objetivo Geral

- Analisar a prática profissional do assistente social em uma escola pública.

3.4.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os conhecimentos necessários/presentes e ou exigidos na atuação do assistente social no âmbito da escola;
- b) Verificar as competências do assistente social no âmbito escolar;
- c) Identificar por parte dos assistentes sociais a resiliência ao estarem no ambiente escolar.

3.5 Lócus da Pesquisa

O lócus da pesquisa se deu na cidade de Massapê, que teve seu ano de fundação em 05 de fevereiro de 1897, no qual é um município brasileiro do Estado do Ceará. Sua população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2010), é de: 35.379 habitantes, dos quais, cerca de 51% são homens e 49% mulheres. A maior parte dessa população vive na zona urbana. Até 1889, o município denominava-se “Vila da Serra Verde”, hoje em dia chamada de Massapê e tendo como gentílico massapeense. Localiza-se no território de Massapê, o açude, Acaraú Mirim.

A pesquisa ocorreu em uma Escola da Rede Estadual do Município de Massapê – Ceará, EEM Wilebaldo Aguiar que atende 860 (oitocentos e sessenta) alunos do Ensino Médio e que possuem a disponibilidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nessa escola são ofertados no ambiente educacional: curso de Libras, da língua escrita para alunos com deficiências, de uso da informática acessível, de comunicação alternativa e aumentativa, de Braille, dentre outros. Cabe salientar ainda, que a escola possui biblioteca, laboratório de informática e de ciências, computadores para o uso dos alunos, sala de recursos multifuncionais, quadra de esportes e é acessível aos portadores de deficiência.

A proposta pedagógica da escola é resultado do trabalho coletivo da equipe pedagógica, funcionários e direção que tem o objetivo de consolidar o compromisso de toda comunidade de ensino ofertada, também pretende constituir-se como referencial para a práxis pedagógica. Dessa maneira, o Projeto Político Pedagógico, manifesta a intencionalidade de toda comunidade escolar em compartilhar responsabilidades, para viabilizar práticas educativas emancipadoras e articuladas com o mundo do trabalho e das múltiplas atividades humanas.

Vale ressaltar também que a escola é composta por 538 (quinhentos e trinta e oito) alunos de classe baixa da zona urbana e 322 (trezentos e vinte e dois) da zona rural de Massapê, os quais fazem parte de uma “sociedade precária” e que vivenciam situações de vulnerabilidades sociais. Há uma predominância dos alunos da zona rural no turno matutino e dos alunos que trabalham e vão à escola no turno noturno, aspectos que levam a escola a privilegiar a diversidade e a contextualização.

3.6 Contexto da Pesquisa

A pesquisa transcorreu a fim de compreender os conhecimentos, competências e resiliência da atuação profissional do assistente social na área da educação.

A referida pesquisa além de contribuir com a obtenção do conhecimento acerca do tema proposto amplia o aprendizado adquirido pela pesquisadora e o propósito de fomentar discussões referentes à temática. Pois, mesmo em constante evolução, a prática do assistente social no contexto educacional, em muitos lugares não é desenvolvida e nem exercida. Dessa maneira, contribui assim para um significativo aumento da questão social no âmbito escolar, atingindo cada vez mais alunos, famílias e profissionais da educação.

Como afirma Almeida (2000), o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em relação à dimensão social e educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio institucionais.

A educação está interligada com a própria existência humana e suas origens, é a matéria prima do desenvolvimento social, e por meio dela é possível perceber que o homem se instrumentaliza culturalmente, adquirindo capacidades para transformações, tanto sociais, quanto pessoais, sem ela, até mesmo as sociedades de maior avanço retornariam ao estado primitivo em pouquíssimo tempo. Todavia para formar profissionais em diversas áreas como: assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, advogados, médicos, engenheiros, psicólogos, professores e tantos outros, dependemos da educação, além de ser fonte de conhecimento para todas as pessoas.

Diante das graves incidências da questão social, como, desvalorização profissional, desemprego, violência e modificações das relações familiares, acabam influenciando para a desestruturação no ambiente escolar. O Serviço Social frente a esse contexto pode identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional no contexto atual, a partir e terá como ponto inicial e como grande desafio, o trabalho interdisciplinar e as políticas de formação (de professores e de outros profissionais).

No decorrer da pesquisa abordou - se a trajetória da Política Educacional se baseando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9394/96, apresentando a atual situação educacional no Brasil, e a possível contribuição do assistente social nesse contexto. Também se discorreu sobre a perspectiva do Serviço Social Escolar mostrando a visão de autores renomados acerca da temática.

3.7 Instrumentos da Pesquisa

Os instrumentos para o levantamento das informações e recolha de dados foi realizada por meio das técnicas de **entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, análise documental, observações e diário de campo.**

Todavia a entrevista requerer comunicação e interação com os sujeitos, portanto, “correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas, informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 1998,

p.191).

Vale destacar que, a entrevista tem relativa flexibilidade, uma vez que, as questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e para serem formuladas novas questões no decorrer da lista. Pois o guia permitiu-nos uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa. Para Bardin (2011) a importância da entrevista reside no facto de se poder captar uma variedade de situações que não são obtidas por meio de perguntas, uma vez, observadas diretamente na própria realidade, transmite o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

As informações obtidas nas entrevistas foram transcritas na íntegra. Em seguida foram encaminhadas aos entrevistados, para que eles apreciassem e autorizassem para análise. Segundo Lakatos e Marconi (2003), de modo geral, as perguntas abertas podem ser respondidas pelo entrevistado dentro de uma conversação informal. Portanto, é importante obter e manter a confiança do entrevistado, assegurando-lhe o caráter confidencial de suas informações.

Vale destacar que o pesquisador estabeleceu uma interação respeitosa e ética com os entrevistados, predominando um clima de confiança, capacidade de comunicação oral e paciência para ouvir atentamente o entrevistado. Assim, o roteiro contribuiu tanto para a coleta dos dados e informações básicas, quanto para o pesquisador se organizar em relação ao processo de interação com o informante.

Para responder aos questionamentos enquanto pesquisadora foi realizada uma entrevista com perguntas semiabertas para os sujeitos da pesquisa, tais como:

- a) No âmbito da atuação do Assistente Social dentro da Educação onde está a maior viabilidade de materialização do projeto ético-político?

Categoria: Viabilidade.

- b) A Literatura do Serviço Social na Educação ainda é muito restrita. Quais os caminhos ou referências para atuar em espaços educacionais?

Categoria: Referências

- c) Quais os instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais na Educação?

Categoria: Instrumentais

- d) Quais as competências e os métodos utilizados pelos Assistentes Sociais da Educação para compreender as problemáticas mais pertinentes dentro do âmbito escolar?

Categoria: Competências/Métodos

- e) As condições físicas da escola para o atendimento do assistente social para com o

usuário garantem o sigilo na atuação profissional?

Categoria: Sigilo

- f) Quais as necessidades de formação de desenvolvimento profissional são percebidas pelo assistente social que atua em ambiente educacional?

Categoria: Formação

Diante dessas perguntas norteadoras foi possível um entendimento mais preciso da temática pesquisada, senti-me motivada e instigada a realizar esta investigação, uma vez que os resultados devem contribuir para maior conhecimento e compreensão sobre a prática do assistente social dentro da educação.

Cabe salientar que as perguntas da pesquisa foram elaboradas pela pesquisadora e validadas pela a orientadora, cuja não foram perguntas retiradas de outras fontes.

Os autores que foram fonte de pesquisa para elaboração do questionário pela pesquisadora e validado por sua orientadora foram: Yamamoto (1997); Gentili (2012); Piana (2009); Santos (2005); Arroyo (2003); Bolorino (2007); Almeida (2007); Amaro (2012) devido dedicar-se à pesquisa da atuação do Assistente Social na Educação.

Os estudos, análises bibliográficas e documentais constituíram a fonte inicial de informação obtida, buscando os teóricos que fundamentam a temática em estudo, levantando dados e informações das principais discussões que perpassam esse campo de estudo.

3.8 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública de ensino no Município de Massapê - CE, mais especificamente, com profissionais formados em Serviço Social e que exerce seu papel como tal. Os sujeitos da pesquisa foram sete assistentes sociais que estavam na prática, na área escolar, neste município no decorrer da pesquisa. Entretanto, para preservar a identidade desses profissionais foram assim denominados de: AS 01, AS 02, AS 03 e assim sucessivamente. Vale ressaltar que todos os profissionais entrevistados eram do sexo feminino com a faixa etária respectiva entre 26 (vinte e seis) a 40 (quarenta) anos.

Cabe salientar que a profissão do assistente social é tecida por sujeitos sociais que trazem a marca da sua condição de classe social, da cultura adquirida, da sua condição de gênero e etnia, numa relação dialética entre o individual e o coletivo, e se constituindo em

diferentes contextos históricos, ou seja, é uma identidade profissional constituída e constituinte. Diante deste pressuposto, considera - se importante delinear um breve perfil dos assistentes sociais inseridos na pesquisa.

O perfil social e histórico dos assistentes sociais tem traços marcantes: é uma profissão “atravessada por relações de gênero, enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma” (Iamamoto, 1999, p. 64). A autora ainda reforça uma questão interessante sobre este recorte de gênero que, no seu entendimento, explica os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico.

Houve entendimento, por meio do referencial teórico desta pesquisa, que a inserção do assistente social no quadro profissional da educação é de extrema importância, pois contribui para que o ensino de facto desempenhe sua função social.

3.9 Etapas da Pesquisa

A referida pesquisa foi desenvolvida através dos autores: Yamamoto (2000), Almeida (2000) Minayo (2001), Bardin (2011), entre outros, que discorrem sobre o tema: “O aperfeiçoamento da prática profissional do Assistente Social em uma Escola da Rede Pública do Ceará: Conhecimento, Competências e Resiliência”. Os quais relataram sobre o contexto histórico da inserção do profissional de Serviço Social no ambiente educacional, mostrando seus conhecimentos, competências e resiliências frente ao fazer profissional.

Através dessa pesquisa pode-se proporcionar visibilidade da atuação do Serviço Social, especialmente na política educacional, com a finalidade de adquirir aperfeiçoamento e compreender a importância das competências e atribuições profissionais do assistente social no âmbito da educação.

Também foi relatado sobre as atribuições do assistente social relativas ao contexto, apresentando a forma como o profissional pode contribuir para a resolução da questão social presentes no âmbito educacional.

- a) Na primeira etapa foi realizada através do estudo com os autores citados, consulta e sites de busca, fontes impressas, como Código de Ética do Assistente Social, LDBN, Constituição Federal, CFESS, dentre outros, no qual possibilitou o norteamento para o

desenvolvimento da revisão bibliográfica no qual é composto pelo enquadramento teórico junto com revisão de bibliografia, em que se aborda o marco da Revolução Histórica do Serviço Social no Brasil, no final da década de 1930, até os dias atuais, dando ênfase na ascensão do serviço social e dos novos modelos de Ensino Superior, salientando que a expansão da formação profissional em Serviço Social tem se dado via ensino mercantil, privado e/ou distância.

Dessa forma nega uma formação profissional crítica, comprometida com valores e princípios expressos no Código de Ética Profissional, o qual se confronta com esse modelo de Educação Superior que prevalece a privatização e a mercantilização da educação, e que respalda as formações aligeiradas, priorizando o quantitativo em detrimento da qualidade.

- b) No segundo momento foi o de conhecer o lócus da pesquisa que busca como tema principal discutir a questão da identidade profissional do assistente social no âmbito educacional, para atingir esse objetivo foi utilizado a técnica de pesquisa bibliográfica juntamente com entrevistas semiestruturadas voltadas para profissionais de serviço social que trabalham na educação no município de Massapê - CE. Cabe ainda salientar que para ter acesso à documentação a fim de saber sobre a proposta pedagógica e a necessidade da sociedade do entorno, pudemos buscar as informações precisas nos documentos que foram encontrados disponíveis no Projeto Político Pedagógico da escola.
- c) A terceira etapa refere-se à metodologia da investigação da pesquisa, em que se apresentam os objetivos e procedimentos utilizados, bem como as etapas da pesquisa, sensibilizando os sete entrevistados da área de Serviço Social quanto à importância da pesquisa feita, e ressaltando que a educação, é direito de todos, dever do estado e da família. Os entrevistados foram incentivados quanto à colaboração da pesquisa para a sociedade, visando o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- d) Já na quarta fase é feita a apresentação e discussão dos resultados, sendo apresentada a análise dos dados coletados. Para as respostas de questões abertas foi elaborada uma apresentação do roteiro e entrevistas com análises e reflexões, organizadas em categorias que serão apresentadas por meio de análise de conteúdo por Bardin (2011) (análise qualitativa).

Como já citado anteriormente, para padronização e apresentação das citações e

bibliografia, utilizaram-se as normas da American Psychological Association (APA). No entanto, a Linha de Pesquisa deste projeto foi: estado, políticas educativas e mudança social, com ênfase em autores da educação, movimentos sociais, políticas de formação de professores e de outros profissionais.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação de Análise do Conteúdo de Bardin

Para coleta de dados da pesquisa que tem como objetivo principal A prática profissional do assistente social em uma escola da rede pública do Ceará (Massapê) Conhecimento, competências e resiliência, as estratégias de análise de dados serão detalhadas como garantia de um quadro claro e óbvio nos métodos utilizados.

As perguntas e respostas norteadoras das assistentes sociais foram categorizadas em palavras-chaves e analisadas a partir do Método de Análise de Conteúdo por Bardin (2011), tendo como técnica, a análise de conteúdo. Na qual é uma técnica de investigação que tem por finalidade descrever de forma sucinta e sistemática o conteúdo.

Conforme Bardin (2011, p.33) “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Prosseguindo ainda o autor (2011), relata que:

Descrever a história da „análise de conteúdo“ é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise de comunicações é seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar a posteriori os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma pratica que funciona há mais de meio século (Bardin, 2011, p.15).

Desta forma o autor reflete que a análise de conteúdo é caracterizada pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas na pesquisa realizada.

Diante dos pensamentos do autor (2011) existem as fases da pesquisa, onde na primeira parte é situada à análise de conteúdo no plano cronológico e epistemológico, que remete o leitor para alguns exemplos representativos daquilo que se pode pôr em prática no

campo profissional.

A autora esclarece já na segunda parte, que a análise de resultados é resultante de testes de associação de palavras (estereótipos e conotações). A administração de o teste objetiva estudar os estereótipos sociais espontaneamente partilhados pelos membros de um grupo relativo a certas profissões, países ou nomes próprios, aplicou-se um teste de associação de palavras a uma amostra de indivíduos.

A terceira e quarta parte da referência em tela, aprofunda-se na questão do método e técnicas, respectivamente: a organização da análise, a codificação de resultados, as categorizações, as inferências, e, por fim, a informatização da análise das comunicações.

Diante desse contexto é coerente ressaltar que de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a análise de conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização. Como já citado anteriormente o conteúdo que foi analisado e previamente elaborado, contemplou os tópicos e uma ordem lógica. Quanto aos assuntos abordados por meio de outras questões provenientes do momento da entrevista, possibilitou um aprofundamento do assunto de forma gradativa e mais organizado para futuros pesquisadores.

Bardin (2011) ainda afirma que nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante (Bardin, 2011, p.123).

Ofereceu-se aos atuais e futuros profissionais do Serviço Social, novas visões sobre o tema, a fim de conhecer melhor essa problemática e, através deste conhecimento, poder intervir profissionalmente, sob um olhar voltado a área da educação, onde ainda a “figura” do profissional de Serviço Social é muito escassa.

4.2 Apresentação do Roteiro das Entrevistas

Pela entrevista é possível identificar opiniões, concepções, percepções, avaliações e descrições sobre os factos pesquisados. Para Manzini (1990/1991, p.151), a entrevista é “fundamentalmente um processo de interação social”. Vale salientar que cabe ao entrevistador desvelar o facto e tomar muito cuidado para não trocar o relato pelo facto.

A entrevista representa uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com o profissional, no sentido de se inteirar de suas opiniões e

conhecimentos acerca do tema proposto na pesquisa. Esse método não escapa ao planejamento, uma vez que exige do pesquisador um cuidado especial na sua elaboração, desenvolvimento e aplicação, sem contar que os objetivos propostos devem ser efetivamente delineados, a fim de que se obtenha o resultado pretendido.

Para que todas as informações, no momento da entrevista, fossem devidamente colhidas, fez-se necessário um plano estratégico e um roteiro de entrevista bem elaborado com perguntas semiabertas, que envolverá aspectos como:

- a) Perguntas norteadoras para um melhor entendimento da pesquisa.
- b) O profissional que foi entrevistado será alguém que possui o conhecimento necessário, de modo a satisfazer as “exigências” (vistas no bom sentido) do pesquisador.
- c) As perguntas foram previamente elaboradas, levando em consideração a ordem que deverá ocorrer durante a entrevista.

A entrevista tem sido um procedimento de coleta de dados amplamente utilizado em pesquisa em ciências humanas. Para alguns ela é designada como um método; para outros, um instrumento de pesquisa; e, para outros, uma técnica (Nogueira, 1968; Triviños, 1987; Rea; Parker, 2000; Manzini, 2006).

Pode-se interpretar que o pesquisador construiu e vivenciou contextos diferentes que foram decisivos para atingir ao seu objetivo. O primeiro contexto decorreu da elaboração do roteiro das entrevistas e o enfoque foi para verificar se aquele instrumento poderia responder às suas indagações de pesquisa e lhe dá o suporte necessário para uma pesquisa rica. Já o segundo contexto foi à coleta de dados que concretizou o que foi idealizado e planejado.

O terceiro contexto foi à transcrição, ocorreu um momento de escuta, onde se permeou impressões e hipóteses que foram anotadas pelo pesquisador. Assim, no terceiro momento da entrevista apresenta informações de natureza verbal e não verbal (simbologia, gestos) onde durante a entrevista, está presente os dados de natureza observacional.

De acordo com Manzini (2006), o roteiro das entrevistas tem várias funções, sendo uma das principais, auxiliar o entrevistador para conduzir e buscar informações sobre o objetivo da pesquisa. Outra função, segundo o autor, seria auxiliar o pesquisador antes e no momento da pesquisa no sentido de organizar, e indiretamente a outra função, seria auxiliar o entrevistado a fornecer as informações de maneira mais fácil e com maior precisão ao entrevistado.

No momento da entrevista foi possível perceber e desmistificar a prática profissional do assistente social no âmbito educacional, diante do roteiro das entrevistas, no entanto, foi possível fazer as observações necessárias.

4.3 Análise das Entrevistas

Conforme referem Bogdan e Biklen,

A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou (Bogdan e Biklen, 1994, p.205).

A entrevista tem sido um procedimento de coleta de dados amplamente utilizado em pesquisa em Ciências Humanas. Para alguns ela é designada como um método; para outros, um instrumento de pesquisa; e, para outros, uma técnica (Nogueira, 1968; Triviños, 1987; Rea; Parker, 2000; Manzini, 2006).

A pesquisa foi aplicada a partir do inquérito por questionários em seguida foram abordadas questões referentes ao Serviço Social na educação, a fim de obter respostas ao problema investigado nesta dissertação.

Para proceder à análise desse problema, o inquérito por questionário contempla seis questões abertas referentes a informações sobre a prática do assistente social na educação. Assim, as respostas abertas das entrevistas com profissionais estão analisadas, adotando a opção metodológica de análise de conteúdo por meio de Bardin (2011), o qual consiste em fazer uma leitura compreensiva, a partir do significado que subjazem os dados, as informações e as mensagens, com base nos fundamentos, havendo inferências por parte do pesquisador.

Coerente com Rocha & Deusdará, “o rigor, portanto, é o fundamento das contribuições oferecidas pela Análise de Conteúdo, uma vez que, por intermédio dessa característica, afirma-se a possibilidade de ultrapassar as “aparências”, os níveis mais superficiais do texto, residindo nesse processo de descoberta a desconfiança em relação aos planos subjetivo e ideológico, considerados elementos de deturpação da técnica” (Rocha & Deusdará, 2005, p.309-310).

Os dados, informações e mensagens obtidas nos questionários/entrevistas aplicados com os profissionais de Serviço Social foram interpretados à luz de referenciais, dos

pressupostos teóricos norteadores da pesquisa em referência, adotando para tanto, a técnica da triangulação.

Segundo Guion (2002), dentre os cinco tipos de triangulação, abordados pela autora, a triangulação de dados é a metodologia utilizada pelos pesquisadores qualitativos, considerada mais simples e fácil de ser realizada, que consiste na análise de dados de diferentes fontes, conforme a temática investigada, podendo o pesquisador categorizar os grupos e fazer recolha de dados envolvendo, profissionais da área específica, obtendo assim, múltiplas visões, sobre o objeto de estudo que está sendo investigado, a partir de diferentes pontos de vista.

As entrevistas foram realizadas em um espaço físico da própria escola, na qual são realizados os atendimentos dos assistentes sociais. No primeiro momento foi questionado sobre a atuação do assistente social no âmbito da educação e onde está a maior viabilidade de materialização do projeto ético-político. Foi possível colher informações através das visitas, das observações durante as entrevistas e intercalar a dimensão teórica com a intervenção do profissional cotidianamente. Como já foi citado anteriormente não iremos divulgar o nome da escola e nem dos assistentes sociais. Dessa forma, nas análises dos dados, os mesmos serão apresentados como AS 01,02, 03 e assim por diante.

Os dados serão apresentados a partir das categorias elencadas tendo como referência as entrevistas realizadas junto aos assistentes sociais:

Materialização do projeto ético-político do assistente social na escola

O Projeto Ético Político do Assistente Social orienta o exercício e a formação profissional desses profissionais para que os mesmos tenha ciência dos seus deveres dentro da política da educação para assim poder atuar dentro do sistema educacional de forma ética.

Conseguir consolidar o Projeto Ético Político Profissional - PEPP dentro do contexto social atual onde nos deparamos com a forte influência do neoliberalismo acaba sendo caracterizado como um desafio profissional então deve reforçar os princípios éticos políticos para assim fortalecer a nossa atuação. Na área educacional podemos destacar a dimensão político-organizativo da profissão como forte aliado na materialização do PEPP por meio de fóruns de deliberativos e entidades representativas (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e as demais associações político-profissionais, movimento estudantil representado pelo conjunto dos CA's e DA's e pela ENESSO) aqui nos deparamos com debates sobre princípios que direcionam a atuação do profissional tendo a possibilidade do prosseguimento das visões da atuação ou por usa modificação, destacamos também a dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social: refletir sobre os processos do agir profissional e sistematizar as modalidades práticas e tentar da continuidade aos acertos e ficar atento para onde se deve olhar de forma crítica para os erros buscando o aperfeiçoamento do profissional atuante e sendo utilizado para conhecimentos da categoria a fim de melhorar o agir do Assistente Social. (AS 02)

Qualquer que seja o espaço de atuação profissional do A.S. é lugar de dar vida ao P.E.P., inclusive muitas vezes fazemos isso fora do ambiente de trabalho com a nossa postura cidadã, mas em se tratando da educação (vou considerar a educação básica) como espaço sócio ocupacional, vislumbro que o assistente social tem duas frentes de trabalho que são árduas e necessárias com urgência. Antes, porém, demarco que meu lugar de fala não é como trabalhador da educação. Estou lançando olhares e perspectivas a partir das poucas leituras que tenho da área. A primeira frente de trabalho que identifico para o assistente social na educação advém da minha caminhada como estudante da rede pública de educação e diz respeito sobre a lacuna existente entre a escola e a família da criança/adolescente. Existe grande dificuldade no compartilhamento de responsabilidades no processo educativo, em que quanto maior é a parceria entre a escola e a família/comunidade mais efetivo é o resultado do processo educativo, se pensarmos a educação para além da transmissão de conhecimentos técnicos e específicos. Ao contrário, quando a família não compreende que tem papel compartilhado com a escola, e espera que a escola sozinha obre milagres moldando seus filhos observa-se uma quebra do resultado esperado: formação de cidadãos críticos, conscientes do seu papel na sociedade. (AS 03)

Podemos evidenciar que a atuação do Serviço Social na Educação contribui para a resolução de problemáticas sociais, as quais possam desdobrar-se em atendimentos sociais aos alunos, suas famílias ou comunidade em geral, desenvolvendo programas, projetos e serviços, tendo a família como foco de atenção, utilizando instrumentos de efetivação, encaminhamentos, informações, orientações, elaboração e implantação de projetos, não só de cunho educativo, mas ações organizacionais não esquecendo de ter como referência o território onde as pessoas moram, considerando ainda suas demandas e necessidades podendo trabalhar de forma interinstitucional baseado nos níveis de proteção da LOAS (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial) compreendendo que, para atingir o aluno (usuário) de forma integral, é necessário intervir junto a sua família, baseando-se na política do SUAS, para além da organização dos serviços socioassistenciais. (AS 04)

É preciso construir e solidificar uma rede de apoio, que funcione a partir da articulação dos serviços disponíveis e da parceria que estabelece com a escola, comunidade, família, indivíduos, rede de serviços, e participação dos conselhos de defesa e garantia de direitos, e todos os demais elementos essenciais para a construção de uma sociedade atuando em conjunto, formando uma comunidade uma rede social. (AS 05)

Identificamos que o assistente social 01, 06 e 07 tem como critério o compromisso e desafio de dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços social e ocupacional, buscando concretizar direitos previstos nas políticas sociais, bem como lutar pela consolidação e ampliação desses direitos, como em experiências de assistentes sociais na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações, dentre outros.

O assistente social 07 ainda relata que o serviço social na educação tem a finalidade a partir do teórico e político da categoria construído em especial sobre o serviço social, contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de uma educação coerente com o projeto político profissional que por sua vez orienta a debater das particularidades do trabalho do assistente social nesta política pública, desenvolvendo ações profissionais nos sentidos de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação

emancipadora.

Cabe salientar que a educação sendo garantida por lei e consolidada como um dos pilares mais fortes dos direitos sociais precisa que seja reconhecida e seu processo de valorização seja fixado como essencial garantindo com sua efetivação uma maior emancipação dos indivíduos e os assistentes sociais precisam caminhar por uma educação de qualidade para todos. Com essa luta da categoria o Serviço Social tende a ser mais visibilizados e valorizados pelas políticas públicas especificamente na área da educação.

Instrumentais utilizados pelo Assistente Social na escola:

Brittes (2011) afirma que o assistente social realiza suas atividades traçadas em cima de várias dimensões e a partir dessas dimensões desenvolve a prática do seu trabalho concretizada baseada nos instrumentais precisos. Nessa perspectiva, fizemos a indagação aos assistentes sociais entrevistados na educação quanto aos instrumentais utilizados pelos mesmos e obtivemos as seguintes afirmações:

O uso de instrumentais para o Assistente Social se torna essencial para uma melhor efetivação das atividades desempenhadas pelo profissional na Educação podemos fazer uso da folha de produção diária sendo de suma relevância, pois registra as demandas diárias para um maior controle e contribui para um seguimento das atividades com eficiência e eficácia. Podemos citar também o relatório como documento que registra informações pertinentes, observações, fatos que possam ser agregados aos desenvolvimentos das atividades. Ressaltando também visitas domiciliares e a ficha de encaminhamento que relaciona as demandas com a rede de apoio assistencial. A utilização de observação e monitoramento das atividades, além de prestar assessoria ao núcleo gestor revela como o profissional se torna necessário e contribui para um aproveitamento melhor do seu público alvo tanto mencionando o usuário como seus contratantes (AS 01).

Os instrumentos técnico-operativos utilizados pelo assistente social no âmbito educacional são: folha de produção diária, conversas informais, documentação, Reunião, observação, entrevistas, fichas de cadastro, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, relatórios e visitas domiciliares (AS 03).

A instrumentalidade é uma ferramenta importante na atuação profissional onde se utiliza das ferramentas como, relatórios sociais, estudo de caso, visitas domiciliares e etc.(AS 07)

Os instrumentos utilizados são: entrevista social, familiar, visitas domiciliares e acompanhamento do perfil social. (AS 05)

Em relação também aos instrumentais utilizados pelos assistentes sociais, de acordo com a assistente social 02.

Os instrumentais utilizados que a gente usa desde o início são: fichas de cadastros, atendimentos, encaminhamentos, acompanhamento social e visitas domiciliares (AS 02).

Os entrevistados 04 e 06 discorre que os instrumentos mais utilizados na hora do atendimento do profissional para com o usuário são as conversas, reuniões, entrevistas, ficha de cadastro, encaminhamento social, cada um com sua praticidade e particularidade proporcionando um método mais eficiente e eficaz para o trabalho.

Nesta categoria, verificou-se nas falas dos entrevistados que as fichas de atendimentos, visitas domiciliares e acompanhamento social eram instrumentais importantes para um bom atendimento social.

Referências teóricas para atuação do Assistente Social na Educação:

Nesse tópico iremos analisar e procurar compreender a Literatura do Serviço Social na educação que ainda é muito restrita e quais seriam os caminhos ou referências para atuar em espaços educacionais?

Conforme relatam os assistentes sociais 01 e 02:

O Conselho Federal de Serviço Social também disponibiliza um material sobre a temática aqui levantada sendo bastante relevante para profissionais da área e estudantes que atentem para essa discussão, com título de Subsídios para atuação do assistente social na política de educação. As referências são propostas acessíveis e que necessitam sempre estar em pauta para uma maior produção de conhecimento e vivências nessa área ampliando o nosso papel dentro da Política de educação e engrandecendo as lutas sociais e fortalecendo os mecanismos igualitários para garantir os direitos (AS 01).

O Serviço Social possui em sua essência uma busca pela luta e efetivação dos direitos sociais e desde sempre caminha na visão da importância que a Educação como um dos direitos essenciais para conseguir a quebra das diferenças entre as classes e conseqüentemente uma melhor formação de pessoas em sociedade. Então na sua atuação em espaços educacionais contará primeiramente como em qualquer outra política de atuação com a força das suas legislações específica como o respeito ao seu Código de Ética Profissional- 1993, com a Lei de Regulamentação da Profissão e com as Diretrizes Curriculares da ABESS(Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), além de caminhar junto ao conhecimento sobre a Lei Diretrizes e Bases da Educação-LDB LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 e Plano Nacional de Educação -PNE são referências que vão servir como reflexão para a sua atuação e bases para sua compreensão tanto prática como também da própria Política da Educação (AS 02).

É importante ressaltar que o profissional de Serviço Social, inserido na escola, contribui no sentido de subsidiar, auxiliar a escola, e seus demais profissionais, trabalhando no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais, no enfrentamento de questões que integram a pauta da formação e do fazer profissional do Assistente Social, sobre as quais, muitas vezes a escola não sabe como intervir. (AS 05).

A atuação profissional dá-se também na atuação em equipes interdisciplinar, possibilitando uma visão mais ampliada, e compreensões mais consistentes em torno dos mesmos processos sociais de distintos saberes (AS 06).

Ressalta a assistente social 03 que o Serviço Social e o assistente social têm uma luta constante com a classe trabalhadora e com as suas demandas, os mesmos buscam uma

educação de qualidade, tentando assim garantir o direito de todos.

Já o assistente social 04 relatou que as teorias ainda são muito restritas, tendo a necessidade de um maior aprofundamento em estudos e pesquisas na área.

Na análise da resposta do entrevistado 07, vimos que condiz com a do 05, pois o mesmo afirma que o assistente social representa o importante papel na ação educacional, portanto o profissional é um articulador estratégico nos atendimentos aos alunos e as suas famílias por um conjunto de ações integradas de orientações que podem contribuir para promover melhoria no desempenho escolar dos alunos.

A discussão sobre os caminhos ou referências para atuar em espaços educacionais é uma luta de todos, inclusive da categoria profissional, a LDB (BRASIL, 1996), ressalta no Art. 2º que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, garantindo seus direitos sociais, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, p.100).

Compreender as problemáticas mais pertinentes dentro do âmbito escolar:

Segundo os dados apurados, os assistentes sociais desenvolvem programas e projetos no seu ambiente de trabalho, diante disso foram indagados sobre as competências e os métodos utilizados pelos assistentes sociais na educação para compreender as problemáticas mais pertinentes dentro do âmbito escolar:

Respeitando as especificidades do ambiente da atuação, o profissional precisa conhecer a realidade da comunidade tanto interna como externa ao espaço escolar, quais as possíveis respostas ao processo de evasão escolar ou buscar conhecer quais os motivos intrínsecos do baixo rendimento de determinados alunos são formas de tentar elevar a qualidade educacional fugindo do padrão relacionado a hierarquizar as pessoas por suas notas e desconhecer como essas notas escolares podem revelar a necessidade de acompanhamento do indivíduo. (AS 01)

Os métodos para compreensão das problemáticas no âmbito escolar baseiam-se na identificação dos problemas de comportamento que se apresentam, por exemplo, sob as formas da evasão, repetência, dificuldade no relacionamento interpessoal e desmotivação para as atividades escolares, cujas causas são distribuídas à precariedade da relação familiar, ao local de moradia e à falta de educação dos pais, através dessa identificação é possível contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social, vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. Há também a busca pelo trabalho multidisciplinar com a articulação com os profissionais de pedagogia, psicologia, dentre outras presentes na área educacional (AS 02).

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no cenário educacional e em parceria com os profissionais da educação proporcionam transformações sociais na busca de um trabalho

multidisciplinar mais bem aceito (AS 03).

Para que a escola possa desempenhar seu papel político ela deve desenvolver o senso crítico do aluno precisando estar em sintonia não só com a realidade do aluno como também com a realidade na comunidade na qual ela se encontra inserida. (AS 04).

A escola deve contribuir para com ações que tornem a educação como uma prática da inclusão social, de formação da cidadania e emancipação do sujeito, ambos trabalham diretamente com a educação consciente e com a oportunidade de possibilitar as pessoas tornando as conscientes e sujeitas da sua história. (AS 05).

Compreender as realidades sociais e os fatores que contribuem para tal contexto social. (AS 06).

As reuniões pedagógicas, reuniões de pais e reuniões individuais são sempre uma fragilidade, pois nunca os responsáveis pelos alunos comparecem. (AS 07).

Neste contexto, os assistentes sociais têm uma problemática pertinente na educação, a qual aparece nos serviços com a finalidade da capacitação dos usuários e de seu desenvolvimento como cidadãos e sujeitos dos direitos (Jesus *et. al.*, 2004, p. 62).

Por sua vez, o profissional do Serviço Social precisa conhecer as realidades e utilizar-se de mecanismo como a observação do espaço escolar, do seu usuário, dos seus gestores e profissionais. É preciso ser participativo em relação a mobilizar tanto os alunos, como os colaboradores da instituição e da comunidade, além de interagir com os pais e não somente com alunos; é necessário que realizem a mediação dos conflitos na busca de minimizá-los.

Garantia do Sigilo Profissional:

Quando questionada se as condições físicas da escola para o atendimento do assistente social para com o usuário garantem o sigilo na atuação profissional, podemos perceber diante da fala da entrevistada que o sigilo profissional está sendo consumado.

Conforme ressalta a assistente social 02.

Pode-se de modo mais abrangente ressaltar que os espaços ocupacionais onde há a inserção do profissional apresenta-se, atualmente bastante precarizado como podemos observar na leitura disponibilizada pelo Conselho Federal de Serviço Social-CFESS intitulada Subsídios para atuação do Assistente Social na política de Educação. O profissional deve sempre primar pelo sigilo e sempre buscar pelo caráter respeitoso sempre pautado no seu Código de Ética Profissional, pois existe a possibilidade de o espaço físico não ser totalmente apropriado, contudo sempre procurar a melhor forma de preservar seu usuário e as normas da sua instituição tanto na forma de guardar as informações obtidas e zelando por sua forma sigilosa se assim considerar necessária. Buscando sempre destacar sua autonomia e livre exercício da sua atividade profissional como assim garante a lei de regulamentação do profissional (AS 02).

É necessária que seja “cedido” para nós profissionais uma estrutura adequada para a coleta de informações, sem que haja o comprometimento no que for dito pelo o usuário. Não havendo qualquer tipo de discriminação no atendimento e ofertando assim um atendimento

de qualidade. (AS 01).

Sim, é ofertado um espaço físico aqui na escola e que garante total sigilo, possuímos a chave da sala, aonde são mantidos dentro documentos nossos como profissionais. (AS 03).

O sigilo profissional deve ser primordial para a intervenção profissional e no âmbito escolar que eu atuo, o local de atendimento é propício e sigiloso para essa atuação. (AS 05).

Temos uma sala de serviço social para atendimento e arquivos de documentos do setor garantindo assim, o sigilo profissional. (AS 07).

O sigilo profissional sempre foi um aspecto presente no âmbito da atuação do assistente social, assim como é abordado no decorrer de todos os Códigos de Ética do Serviço Social, desde a primeira formulação ética de 1947, até o atual Código de Ética de 1993. Dessa maneira tal código de ética relata que o sigilo profissional não é um dever abstrato, entretanto as diferentes formas de entendê-lo estão inseridas num conjunto de relações sociais com diversos interesses. Vale ressaltar que o sigilo não é sinônimo de segredo e sim garantia para proteger o usuário, e não o prejudicar.

O assistente social deve dispor de condições adequadas e dignas asseguradas pela instituição contratante, que lhe permite proceder a escuta, reunião aos contratos ou encaminhamentos necessários a atuação, acredita-se que uma das maiores contribuições que o serviço social pode fazer na área educacional e a aproximação da família no contexto escolar e intervir na família através de ação ou de trabalho de grupo com os pais que mostram a importância da relação escola aluno –família, conforme o código de ética (AS 04).

O sigilo profissional sempre foi um aspecto presente na atuação do Assistente social assim como e abordado no decorrer de todo código de ética do serviço social desde a primeira formulação ética de 1947 até o atual código de 1993, dentro do quadro normativo do serviço social ainda existe duas resoluções pelo CFFS que tratam de compreensão importante para o sigilo profissional dispõe sobre condições éticas e técnicas do exercício profissional que prevê algumas condições mínimas para o exercício da profissão (AS 06).

Diante dessas respostas, é possível observar que dois assistentes sociais cita o código de ética, onde o mesmo retrata que o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas conforme características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as características físicas, assegurando a privacidade do usuário, para que o mesmo possa se sentir em uma situação confortável.

Necessidade de formação permanente:

Ao finalizarmos a entrevista, indagamos sobre as necessidades de formação de desenvolvimento profissional são percebidos pelo assistente social que atua em ambiente

educacional, foi possível identificar que o profissional acaba não sendo estimulado para sua atuação no campo educacional. Como podemos observar nas falas a seguir:

Na formação acadêmica pouco se encontra aprofundamento sobre a Educação e sua relação com Serviço Social, então é preciso implementar mais disciplinas e mesclar as teorias a prática abrindo mais os campos de pesquisas na área e lutando para ampliar a atuação profissional nas instituições educacionais e nas políticas públicas da educação, pois sabemos da importância do profissional que está presente nessa área, contudo é preciso se fazer necessário e demonstrar o quanto nossa atuação pode somar as melhorias do processo educacional na vida dos usuários e da sociedade em geral. Falta implementar o quanto o Assistente Social é importante na Educação, tanto nos ambientes primários, como no mais alto grau de conhecimento como as graduações, seja a nossa atuação como educadores ou na parte de monitoramento e assessoramento do núcleo gestor (AS 01).

Na própria matriz curricular tem a deficiência de uma disciplina que trate do assunto da práxis do Assistente Social no âmbito educacional, assim também, como o incentivo das Universidades em relação aos estágios supervisionados serem em ambientes estudantis, a fim de identificar as demandas existentes no cotidiano escolar (AS 02).

Na base curricular dentro da formação do assistente social existe a necessidade de um aprofundamento aonde o mesmo deva trabalhar para que o sujeito/usuário dentro da escola seja estimulado a refletir sobre a realidade social da qual faz parte (AS 05).

A posição do profissional de assistência social na educação é de fundamental importância e ocupa um papel tão dinâmico na sociedade quanto as relações sociais. A prática do serviço social nesse contexto, junto as demais áreas do saber, deve tornar-se uma prática permanente, porém ainda são bastante escassos (AS 07).

É possível observar que poucos são os profissionais comparados aos que se dedicam as áreas da assistência e saúde, que conhecem a política de educação com mais propriedade e identificação. Com a área divulgada e o debate sobre como o profissional pode ampliar sua ação no viés educacional, e que não estamos apenas abrindo campos de trabalho, mas enriquecendo o papel da educação no direcionamento para a efetivação e garantia dos direitos sociais, quebrando os paradigmas das desigualdades sociais para podermos chegar a uma sociedade que usufrua melhor dos seus direitos constitucionais.

Já o assistente social 03 relata e faz uma indagação que a formação do assistente social é generalista e nos possibilita a atuação nas matizações da questão social. Nesse sentido identifica-se que não está na formação do assistente social está posto como Diretriz Curricular da formação do assistente social a apreensão das demandas consolidadas e emergentes via mercado de trabalho, então: existe o reconhecimento social da atuação do assistente social na educação, existe a prática profissional do assistente social dentro da educação? (AS 03).

De acordo com Iamamoto (2012) o Serviço Social é uma profissão que trabalha diretamente na articulação com as Políticas Sociais. Assim como, em outras áreas, no âmbito educacional, também é preciso conhecer as diversas políticas públicas para ampliar a

intersectorialidade com outros órgãos, e dessa maneira dar fluxos aos devidos encaminhamentos.

Portanto, apesar de sabermos que a atuação do assistente social na política da educação ser vista hoje como uma real necessidade dentro do contexto educacional, é necessário também o conhecimento de outras políticas públicas para que haja o fortalecimento do trabalho intersectorial.

Os assistentes sociais 04 e 06 pensam de uma forma diferente, os mesmos afirmam que esses profissionais conseguem facilmente se adequar as mudanças existentes dentro da sua atuação profissional e não é diferente nesse momento da intervenção, o profissional tem um diferencial realizando análise da realidade e sua intervenção.

4.4 Reflexões e Sugestões para o Serviço Social na área da educação

O estudo realizou reflexões acerca da inserção do Serviço Social na área da educação, avaliando as possibilidades e contribuições do assistente social para as instituições de ensino. A presente pesquisa propõe realizar uma reflexão no âmbito da construção da identidade profissional, do assistente social, destacando alguns dos desafios profissionais enfrentados dentro do âmbito educacional, relacionados à natureza teórica e prática do serviço social na atualidade.

Diante destas perspectivas, torna-se importante refletir sobre a identidade do profissional Assistente Social, considerando sua bagagem histórica, seu protagonismo no desenrolar desta História e sua capacidade de renovação diante das exigências que perpassam seu compromisso ético, sua autonomia relativa, suas necessidades, valores e aspirações pessoais; suas limitações diante das contradições do espaço educacional e sua construção de conhecimentos, enfim, decifrar sua própria identidade no campo pesquisado.

O processo educacional é visto, então, como uma frequente relação de troca de conhecimentos entre os indivíduos que a ele pertencem, desenvolvendo em cada um deles potenciais e habilidades diversas, desde aspectos: cognitivos; afetivos; sociais e políticos.

Desse modo, a educação precisa estar amparada por um trabalho que respeite a realidade social, cultural e econômica de seus alunos através da proximidade e fortalecimento da relação familiar nesse processo, o qual está para além de um processo educacional, mas podendo também ser considerado um processo social, considerando que a formação para a cidadania é uma realidade escolar.

No cotidiano da pesquisa foi possível perceber que ainda existem práticas pedagógicas que não condizem com a pretensão de ser humano que se objetiva formar, como superação dessas teorias é necessário refletir que ainda é escasso o trabalho do assistente social na educação. Por isso, pretendeu-se com esta pesquisa, que nasceu juntamente com essa “ausência” de profissionais tornarem o ensino educacional mais qualitativo, explicitar a importância do assistente social frente às questões sociais vivenciadas na educação.

Portanto,

A inserção do profissional de Serviço Social nesse campo de atuação nos impõe [...] uma tarefa/desafio, que é o de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional da educação, que tem como um dos Princípios Fundamentais de seu Código de Ética Profissional o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. O que significa que precisamos empreender uma construção coletiva (enquanto categoria profissional), que será caracterizada por caminhos e experiências diferenciadas, mas com o mesmo propósito (CFESS, 2001, p. 7).

Entende-se nesse contexto que a educação no local pesquisado, em sua função social, deve ter como ponto inicial e final a prática social do sujeito que possibilita um melhor desempenho de alunos que são acompanhados por assistentes sociais passando a ter uma nova postura mental e prática de conhecimentos no dia-a-dia em que vivenciam.

Nesta visão ainda, se entende que a educação se caracteriza como um ato político, pois esta intrinsecamente ligada à formação do cidadão para uma determinada sociedade.

O Serviço Social, teoria e profissão, convocada a dar sua contribuição à educação, expõe a diversidade de uma estrutura teórica e metodológica, apta a dar uma sugestão de semelhante tarefa.

Acredita-se que o trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais nas escolas é uma estratégia que poderá criar condições para o exercício da cidadania, bem como para o protagonismo e inclusão de crianças, adolescentes e adultos, não apenas no âmbito escolar, mas na sociedade de forma geral. Dessa forma, o Serviço Social vem a ser uma especialidade que colabora junto ao corpo técnico-administrativo e docente a pensar também na formação continuada, na construção e realização de pesquisas e projetos, e na proposição de espaços de debates temático-transversais (Cruz, Santana, Pontes e Medeiros, 2013, p. 5).

De pronto, entendemos da seguinte forma: “o local é demarcado, mas a atuação profissional que defendemos é necessariamente múltipla, posto que assim se caracterize a realidade” (Zanella, 1988, p.36-37).

Tendo em vista que a dissertação é fruto de uma construção baseada em autores e embasada de uma pesquisa dentro de uma escola da rede pública queremos que o profissional de serviço social tenha uma maior visibilidade dentro da política da educação com a construção de possibilidades de atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social e o assistente social têm uma luta constante com a classe trabalhadora e com as suas demandas, eles buscam uma educação de qualidade, tentando assim garantir o direito de todos.

Destaca-se que o objetivo da pesquisa esteve centrado na prática profissional do assistente social no cenário da educação. Em específico verificar as atribuições do mesmo dentro dessa política devido a grande necessidade da atuação de um profissional do serviço social no âmbito educacional, atualmente essa temática vem sendo discutida na grande maioria dos segmentos. É uma causa crescente, que envolve também a categoria profissional, que luta para lograr êxito e conquistar ainda mais seu espaço. Ressalta-se ainda que o exercício profissional do assistente social na educação não pretende, de forma alguma, substituir ou sobrepor o trabalho dos educadores ou interferir na relação de ensino-aprendizagem entre alunos e professores.

Nesse sentido, a própria Lei de Diretrizes e Bases delimita, de modo claro, as ações, as competências e as atribuições dos professores. Ocorre que, na própria escola, muitos professores se queixam de algumas situações: “tenho que ser psicólogo (a), assistente social,...”, revelando uma dinâmica em que os professores são convidados para assumir funções, as quais não possuem a devida formação, comprovando, assim, a real necessidade do assistente social, no contexto educacional.

Existe, porém, outros desafios que permeiam a atuação do profissional do serviço social na política da educação, apontados pelo Conselho Federal. Trata-se dos aspectos relacionados à condição social e garantia de direitos no contexto familiar; o papel das famílias na política educacional e o avanço dos limites do pensamento conservador.

A presença do assistente social na política de educação, extrapola os limites da avaliação socioeconômica ou implementação de projetos sociais. Assim, compreende-se que o mesmo possui o desafio de não limitar sua intervenção à simples resolução de problemas cotidianos, mas desenvolver estratégias de mobilização social, colaborando, deste modo, para o processo de democratização da educação.

Para o Serviço Social, a inserção profissional neste campo de trabalho desperta

algumas discussões acerca do exercício profissional nesta política pública, pontua-se que o leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas e campos do saber. O campo da política de educação, por exemplo, representa uma atuação mais ampla do Serviço Social – Secretarias de Educação, Conselhos de Educação, escolas – nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnóstico social, pareceres e outras ações.

A pesquisa deixa claro que é perceptível a importância do assistente social no âmbito educacional, pois o mesmo tem a facilidade de identificar a questão social e os meios que possam contribuir para o seu enfrentamento, visto que, o profissional de Serviço Social não irá subsidiar os sujeitos formadores do ensino-aprendizagem, mas sim contribuir para resolução das problemáticas que assolam as instituições de ensino.

Deste modo, estando o assistente social a serviço da educação, trabalhando em prol da integralidade do atendimento prestado ao aluno, no contexto educacional, o profissional deverá atuar em consonância com a LDB (Brasil, 1996), a qual afirma no Art. 2º. que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, p.100).

Nesse contexto global sobre o papel do assistente social buscar a interlocução das discussões com os trabalhadores da educação que reconhecem a necessidade de outras categorias como o serviço social e a psicologia, também é uma via possível, afinal, os profissionais que estão dia a dia em sala ou na gestão escolar sabem com propriedade da necessidade do trabalho multi e interdisciplinar no processo educacional.

Nota-se que a inserção do assistente social na educação, *a priori*, carrega a possibilidade de garantir o exercício de cidadania do aluno, pois, por meio do atendimento e acompanhamento de determinadas demandas, o profissional poderá promover espaços de participação na realidade da educação.

Segundo o Código de Ética dos Assistentes Sociais, para a efetivação da atuação dessa categoria na educação é necessário que haja um olhar voltado para os princípios fundamentais da profissão em vários aspectos relevantes, aspectos esses: gênero, etnia, religião, sexualidade, dentre outros.

Ao debruçar-se sobre a relação entre Educação e Serviço Social, uma das maiores

contribuições que o assistente social pode disponibilizar para a área educacional refere-se à aproximação da família no contexto escolar, pois, exercendo este maior contato, o profissional poderá compreender melhor acerca dos fatores sociais, culturais e econômicos que determinam as relações sociais vistas como “problemáticas” no campo educacional, logo, também poderão planejar e implementar métodos preventivos, evitando que determinados ciclos se repitam.

Toda a constatação deste estudo realizado por meio de referencial bibliográfico possibilitou à confirmação da hipótese de que a presença do assistente social é realmente relevante e necessária, pois, a educação que deveria estar caminhando no sentido de reforçar a identidade de transmissora de conhecimento e cultura, atualmente, está incumbindo-se de dar resposta às diversas problemáticas sociais apresentadas no ambiente educacional.

Isto significa que os projetos de lei que inserem os assistentes sociais nas escolas, mais do que nunca, precisam receber a devida atenção por parte dos legisladores brasileiros, pois não há dúvidas de que o assistente social é um profissional que muito tem a contribuir para o avanço da educação no Brasil.

Diante das perspectivas apresentadas até o momento, o estudo mostra que a atuação do assistente social no contexto da educação contempla múltiplas atribuições, as quais, na maior parte dos casos, relacionam-se com a necessidade de buscar soluções para as diversas manifestações da questão social que perpassam o âmbito educacional. Tais atribuições comumente são desdobradas em atendimentos sociais, através da realização de encaminhamentos, orientações, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, além de outras intervenções (Almeida, 2000; Martins, 1999; Martins, 2007; Novais, 2001; Santos, 2009; Souza, 1995).

Portanto, percebe-se com a referida pesquisa, que o papel educativo do assistente social está centrado no sentido de elucidar, desvelar a realidade social em todos os seus meandros, socializando informações que possibilitem à população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social visando à conquista dos seus direitos.

Em suma, os resultados das entrevistas realizadas com os assistentes sociais na educação apresentaram a materialização e a resiliência dos assistentes sociais em estar no espaço educacional, ampliando o campo de atuação e concretizando desta forma o compromisso com uma área social de grande relevância apropriando-se de novos

conhecimentos, ou melhor, ressignificar seus conhecimentos aplicando suas competências e atribuições profissionais em diferentes espaços sociais e novas áreas do saber.

Consta-se com este estudo que os dados das observações da pesquisadora revelam que o assistente social cotribui de forma considerável e ocupa um espaço na comunidade educacional intenso e importante. Tornando-se cada vez mais habilitado para desenvolver estratégias de atuação e conhecimentos, tratando-se de uma prática educativa onde pressupõe a operacionalização de metodologias e de competências específicas que propiciem a compreensão e indagação do cenário real que a educação vive em seus vieses cultural, econômico e político.

A pesquisa conclui ainda diante dos fatos obtidos que o assistente social na área da educação passa por diversas áreas de conhecimento e saber pertinentes para intervir nesse contexto, onde possa exercer suas funções com competências e se resiliando cada vez mais com as dificuldades encontradas ao longo do percurso.

Por conseguinte concretizar direitos previstos nas políticas sociais, bem como consolidar e ampliar esses direitos, em novas experiências, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída de compor uma equipe interdisciplinar resiliente, ou seja, disponível a um trabalho integrado e unificado aonde esteja presente: o diálogo, a construção conjunta e partilhada entre sociedade civil, comunidade, educação e demais políticas públicas, bem como o acesso e o direito à educação de qualidade.

Considerando que o estudo pretendeu analisar a prática profissional do assistente social em uma escola pública do interior do Ceará, fica coerente mostrar os resultados das entrevistas realizadas com os profissionais de serviço social onde os objetivos foram todos alcançados nas conclusões. Estudos e pesquisas foram realizados por diferentes entrevistados e autores que disponibilizaram dados que afirmam que as competências do assistente social na área da educação atua na forma de construção, onde intervém de forma qualificada enquanto profissional de serviço social na área educacional, no qual sua competência é assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais que os usuários atendidos por esse profissional tem direito.

Os estudos/pesquisa mostram que o assistente social torna-se resiliente ao fazer/estarem no ambiente escolar quanto às problemáticas que encontram no dia-a-dia, onde o mesmo deva trabalhar para que o sujeito/usuário dentro da escola seja estimulado a refletir sobre a realidade social da qual faz parte, realidade esta onde a posição do profissional de

assistência social na educação é de fundamental importância e na qual ocupa um papel tão dinâmico na sociedade quanto as relações sociais.

O assistente social, na escola pública, deve atuar de forma crítica, construtiva, conscienciosa e adequada para estabelecer relações entre as condições objetivas da realidade local e regional e estabelecer um processo reflexivo sobre as práticas escolares, nas quais as crianças não sejam simples objetos de intervenção, mas sujeito de direitos sociais e educacionais, envolvendo desta forma não só a escola, como também a família e a comunidade do entorno.

A pesquisa sobre A prática profissional do assistente social em uma escola da rede pública do Ceará passa a desempenhar funções desafiadoras na sociedade contemporânea, o que requer uma atuação do profissional do serviço social que considere as múltiplas visões sociais, e que consegue ter um olhar diferenciado e voltado para essas questões.

Em coerência com os resultados das entrevistas realizadas corroborando com Iamamoto (2012) o Serviço Social é uma profissão que trabalha diretamente na articulação com as Políticas Sociais. Assim, no âmbito educacional, como, em outras áreas também é preciso conhecer as diversas políticas públicas para ampliar a intersetorialidade juntamente com outros órgãos, e dessa maneira dar fluxos aos devidos encaminhamentos.

Portanto, apesar de sabermos que a atuação do assistente social na política da educação ser vista hoje em dia como uma real necessidade dentro do contexto educacional, é necessária também o conhecimento de outras políticas públicas para que haja o fortalecimento do trabalho intersetorial. Com isso, demanda-se a necessidade de expandir essas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, A. G. (1995). *Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Almeida, N L T. (2000, junho). Educação Pública e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº 63. p.63 – 67. São Paul. Cortez.
- Almeida, N L T. (2003). Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Belo Horizonte. *Anais 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação*.
- Almeida, N. L. T. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócioocupacionais, Belo-Horizonte, 2007. Disponível em:
http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em 10 de junho 2015.
- Amaro, S. *Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional*. Ed. UFSC, Florianópolis, 2012.
- Arroyo, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos sociais? *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, p.28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2013.
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. (1996). *Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: [s.Ed.].
- Baierl, L. F. (2005). *A erosão do serviço social tradicional: contexto sociopolítico brasileiro*. São Paulo. FTM IV.
- Bardin, L. (2011) *Análise de conteúdo*. 3. Ed. Lisboa: Edições 70.
- Barroco, M.L.S. A moralização da questão social e o neoliberalismo. 8º CBAS. *Cadernos de Comunicações*. Salvador, Bahia, 1995.
- Battini, O. *Assistência Social Constitucionalização*. Representação Práticas. Veras: São Paulo, 1998.

- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bolorino, E. C. M. *Educação e Serviço Social: Elo para Construção da Cidadania*. São Paulo: PUC, 2007.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Carvalho, R. (2005). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/ Celats.
- Código de Ética dos Assistentes Sociais. (1993). Brasília.
- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). (2010). Comissão de Fiscalização. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. *Social. Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais*, n. 3. Brasília:
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). (2011). *Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação*. Brasília: CFESS.
- Decreto-Lei nº 3.688/41, de 3 de outubro. *Lei das Contravenções Penais*.
- Decreto-Lei nº 8.662/93, de 07 de junho - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Decreto-Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Decreto-Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro – *Revogada* - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Decreto-Lei nº 3.252/57, de 27 de agosto. *Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social*.
- Faustini, M. S. A. (2004). *O Ensino no Serviço Social*. Porto Alegre. EDIPUCRS. Freire, P. (1991). *A educação na cidade*. São Paulo: Primavera.
- Freire-Maia. N. (1998). *A ciência por dentro*. Petrópolis: Vozes.
- Gatti, B. A. (2008, jan. /abr.) Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, nº 37 vol. 13.
- Gentili, R. de M. L. (1997, março). A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. In: *Serviço Social & Sociedade*. 18, n. 53, p.126-144. São Paulo. Cortez.

- Gentili, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educ.Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 109, p.1059-1079, set/dez.2009. Disponível em: . Acesso em: 30 set. 2012.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Guerra, M. A. M. A. (2011). *A educação superior brasileira no contexto da crise do capital: uma análise crítica*. São Luiz. Anais Universidade Federal do Maranhão.
- Guerra, Y. (2010). A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. In. *Serviço Social e Sociedade*, n. 104. São Paulo: Cortez.
- Guion, L. A. (2002). *Triangulation: establishing the validity of qualitative studies*. Gainesville: University of Florida.
- Iamamoto, M. V. (2008a). *O Serviço Social na Contemporaneidade*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- Iamamoto, M. V. (2008b). O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: *Capacitação em Serviço Social: módulo 1*. Brasília: CEAD/UnB/Cfess, 1999.
- Iamamoto, M. V. (2009). *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. 14. ed. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2011a). *Renovação e Conservadorismo no serviço social*. 11. ed. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2011b). O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS (org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPS.
- Iamamoto, M. V. (2012). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e Formação profissional*. 22^a. São Paulo: Cortez, 2012.
- Iamamoto, M. V; Carvalho, Raul de. (2009). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 29. ed. São Paulo: Cortez; [lima, peru]: CELATS.
- IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Retirado: agosto, 12, 2017 em www.ibge.gov.br.

- Luckás, H. et. al. (1979). *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lukács, G. (1979). *Ontologia do Ser Social: Os princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. s/ed. p.16. São Paulo: Ciências Humanas.
- Maia, Marilene; Barbiani, Rosângela. (2003, dez) A formação continuada em Serviço Social: uma experiência em construção. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 2.
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). *A Reconstrução Educacional do Brasil. Ao Povo e ao Governo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Manzini, E. J. (2006). Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: Jesus, D. M.; Baptista, C. R.; Victor, S. L. *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. p. 361-386. Vitória: UFES.
- Marconi, M. D. A.; Lakatos, E. M. (1996). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas.
- Martinelli, M.L. e Koumrouyan, E. (1994). Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em serviço social. *Serviço Social e Sociedade nº45*, ano XV. São Paulo. Cortez.
- Martins, E. B. C. (1999) O Serviço Social na área da Educação. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 8 n. 1.
- Medeiros, N. S. (2013). *Uma análise sobre a atuação do/a assistente social na educação: notas para o debate*. Retirado: Agosto, 31, 2017 em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/AnaisEixo15ImpasseseDesafiosdasPolíticasdeEducação.htm>.
- Minayo, M. C. S. (org.). (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Netto, J. P. (1996). *Capitalismo monopolista e serviço social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- Nogueira, O. (1968). *Pesquisa social: introdução as suas técnicas*. p. 111-119. São Paulo. Ed. Nacional.

- Paulo Netto, J. (2011). Reforma do Estado e impactos no ensino em Serviço Social. In: *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. V.1. N. 1, p.11-33. Brasília.
- Perrenoud, P. (2000). *Novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Piana, M. C. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Franca, v.18, n 2, p.182-206, 2009.
- Porto, Y. S. (2000). Formação continuada: a prática pedagógica recorrente. In: Marin, Alda Junqueira (org.). *Educação continuada: reflexões, alternativas*. Campinas: Papirus.
- Quivy, R. & Van C. L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Lisboa. Gradiva.
- Rachelis, R. (2009). O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília. CFESS/ABEPSS
- Resolução nº 273/93 de 13 de março. *Código de ética profissional dos assistentes sociais*. Brasília: CFESS.
- Rocha, D., & Deusdará, B. (2005). *Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória*. Alea, 7, 305- 322.
- Salomon, D. V. (2009) *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos, A.M. *A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social: Trabalhando com grupos*. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.
- Santos, C. M. (2006) *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social para obtenção do grau de doutor, orientado por Yolanda Aparecida Demétrio Guerra, Rio de Janeiro: UFRJ.
- Santos, Francine Helfreich Coutinho dos. (2012, abr/jun) Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro. In: *Serviço Social & Sociedade*. nº.102. p. 387- 390. São Paulo.

- Saviani, D. (2004). *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez & Autores Associados.
- Saviani, Dermeval (et. al.). (2004). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Severino, Antônio Joaquim. (2000). *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed. São Paulo: Cortez.
- Souza, Reivan Marinho de. (2005). Reforma Universitária Brasileira: mercantilização da política de educação. In: *V Jornada Internacional de Políticas Públicas São Luís*.p. 1-10. São Luís: Anais UFMA.
- Sposati, Aldaíza. (2007). Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálysis*, número especial, vol. 10. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Xavier, Alexandre Guedes Pereira. (2002). Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva. In: *Revista Integração. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial*. Ano 14. Edição n.º 24.
- Yazbek, Maria Carmelita. (2009). O significado sócio histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **A Prática profissional do assistente social em uma escola da rede pública do Ceará: Conhecimento, competências e resiliência.**

O motivo que nos leva a estudar o problema é a importância do Assistente Social na Escola compondo a equipe multidisciplinar. A pesquisa se justifica, pois, esse espaço é um dos locais mais importantes para o usuário/sujeito, uma vez que contribui para a formação do indivíduo e a construção do conhecimento. **O objetivo principal dessa pesquisa é** analisar os conhecimentos e competências do Assistente Social no âmbito da sua prática em contexto educacional.

Você terá total garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo sendo esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE: Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. A professora orientadora Dra. Marisa Pascarelli Agrello e a pesquisadora Érika Valquíria Vasconcelos certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

APÊNDICE B

GUIÃO/ROTEIRO DA ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/ULHT

GUIÃO/ROTEIRO DA ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS

Érika Valquíria Vasconcelos – Mestranda em Ciências da Educação

Opiniões dos profissionais de serviço social sobre a prática da sua atuação no âmbito educacional.

Esta entrevista tem como objetivo recolher opiniões, relatos e experiências dos/as assistentes sociais, acerca da prática da sua atuação no âmbito educacional. As informações e dados serão analisados e devem integrar a Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. As perguntas foram elaboradas pela pesquisadora e validadas pela a orientadora, cuja não foram perguntas retiradas de outras fontes. Os autores que foram fonte de pesquisa para elaboração do questionário pela pesquisadora e validado por sua orientadora foram: Iamamoto (1997); Gentili (2012); Piana (2009); Santos (2005); Arroyo (2003); Bolorino (2007); Almeida (2007); Amaro (2012) devido dedicar-se a pesquisa da atuação do Assistente Social na Educação. Informamos que as respostas são confidenciais e asseguramos o anonimato dos entrevistados. Solicito sua colaboração, no sentido de responder as perguntas formuladas. Na oportunidade quero agradecer sua valiosa contribuição.

- INFORMAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO EDUCACIONAL

No âmbito da atuação do Assistente Social dentro da Educação onde está a maior viabilidade de materialização do projeto ético-político?

A Literatura do Serviço Social na Educação ainda é muito restrita. Quais os caminhos ou referências para atuar em espaços educacionais?

Quais os instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais na Educação?

Quais as competências e os métodos utilizados pelos Assistentes Sociais da Educação para compreender as problemáticas mais pertinentes dentro do âmbito escolar?

As condições físicas da escola para o atendimento do assistente social para com o usuário garantem o sigilo na atuação profissional?

Quais as necessidades de formação de desenvolvimento profissional são percebidas pelo Assistente Social que atua em ambiente educacional?

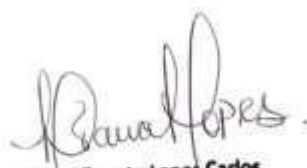
APÊNDICE C

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE PORTUGUÊS

DECLARAÇÃO

Eu, Liana Liberato Lopes Carlos, R.G.2004031095686, brasileira, professora de Língua Portuguesa, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará-UFC; graduada em Letras pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, sob o registro nº 221, PósGraduada em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, sob o registro nº 9781, declaro, para os devidos fins legais, que realizei a revisão ortográfica e gramatical da Dissertação de Mestrado sob o título: “A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO CEARÁ: Conhecimento, competências e resiliência”, da aluna, Érika Valquíria Vasconcelos, Mat.:nº407383 do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Sobral, 30 janeiro de 2018.



Liana Liberato Lopes Carlos
PÓS-GRADUADA EM ENSINO
DO PORTUGUÊS
REG: 9781